

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sábado 6.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 597 / € 2,00 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

PORTUGUESES QUEREM PRESIDENTE MAIS INTERVENTIVO



SONDAGEM DN/JN/TSF Marcelo Rebelo de Sousa recupera popularidade, mas a proporção dos que hesitam sobre a sua avaliação nunca foi tão alta (39%). Escolher Luís Montenegro, mesmo com Governo minoritário, foi a melhor decisão (58%).

PÁGS. 4-5



A nova ministra da Energia, dias antes de tomar posse, quando ainda era eurodeputada

MARIA DA GRAÇA CARVALHO

“CONTINUA A HAVER MANIPULAÇÃO E POUCA TRANSPARÊNCIA NO MERCADO DA ENERGIA”

DINHEIRO VIVO

Escolhas

Governo muito mais técnico e feminino do que experiente no poder

PÁGS. 8-9

Estudo

Há 480 mil portugueses com problemas relacionados com o álcool

PÁG. 12

Guerra

Israel promete abrir rotas de ajuda, mas EUA querem ver resultados

PÁG. 18

Prioridades

Associações apreensivas com extinção da secretaria de Estado para as Migrações

PÁG. 13

ONDE ESTAVA HÁ 50 ANOS?

JORGE BETTENCOURT

OFICIAL DA MARINHA

PÁG. 3



Até ver...

Filipe Gil

Editor do Diário de Notícias

Serviço inútil obrigatório

Foi o dia mais inútil da minha vida. Bem cedo, numa manhã de sol, fui de autocarro até à Calçada da Ajuda, em Lisboa, para o dia de inspeção militar. Eu e uma centena de jovens de várias regiões do país (notava-se pelos diferentes sotaques) juntámo-nos num pavilhão do Quartel da Ajuda para ouvir um militar – não me lembro da patente – discursar sobre aquele momento e a importância do serviço militar para Portugal. Depois seguimos para uma longa fila à espera da dita inspeção. Horas e horas de espera num dia de sol que, mesmo depois do discurso do militar, não deixaram de parecer completamente inúteis.

Uma vez feitos os testes, sentei-me em frente de um outro militar para responder a um questionário. Das perguntas recorde-me de uma que julguei ter-me deixado em maus lençóis, sobretudo porque o meu interesse em ir à “tropa” era nulo. Estava muito mais interessado em continuar os estudos do que ver a minha vida interrompida durante uma série de meses para fazer o tal serviço militar então obrigatório. À pergunta: “Faz desporto?”, respondi orgulhosamente: “Sim, sou fe-

derado em andebol há vários anos!”. Arrependi-me meio segundo depois quando vi o militar a sorrir como quem dizia: “já não te safas!”. Mas a pergunta seguinte, sobre a área de estudo que ia seguir, colocou-me certamente na reserva. Respondi que ia estudar Ciências da Comunicação, e aí o militar encolheu os ombros com indiferença. Fiquei feliz. E mais feliz fiquei quando ao final da tarde os militares indicaram que não seria necessário regressar no dia seguinte como até aí estava previsto. Foram horas totalmente inúteis que não despertaram em mim qualquer veia patriótica para me juntar ao serviço militar. E naquelas horas de tédio lembrei-me do meu pai contar um dos piores momentos da sua vida: o dia em que se despediu dos seus pais para embarcar na viagem que o levou para combater na guerra em Angola. E como diz o ditado, “filho és, pai serás...”, sou pai de dois rapazes e não consigo ficar indiferente a esta memória, nem à ideia agora trazida à baila por várias chefias militares portuguesas do regresso do Serviço Militar Obrigatório (SMO) – e o que isso implicará na vida dos meus filhos.

É certo que vivemos uma ameaça cada vez mais real de Putin atacar outros países para além da Ucrânia, o que implicará uma resposta à altura dos países da NATO (à qual Portugal pertence). Mas basta ligar as televisões e ler os jornais para ver que a forma de fazer guerra mudou, é feita com muita tecnologia e com militares muito especializados. O coronel (e capitão de Abril) Carlos Matos Gomes lembrou isso mesmo num artigo publicado na revista *Visão* esta semana: “As guerras atuais assentam em sofisticados sistemas de armas e os soldados só servem como alvo e para morrer dentro das trincheiras”. Será preciso acrescentar mais?

Convém lembrar que, em tempos, as forças armadas, tal como a ida para o seminário, eram formas de sair da pobreza extrema da ditadura de Salazar. Um país que viu demasiadas vezes os filhos das famílias amigas do regime serem dispensados de irem “à tropa” ou de serem enviados para a guerra.

Por isso, ao invés de se pensar no SMO “com base em estados de alma”, como disse o general Luís Valença Pinto na edição de ontem do DN (disponível em www.dn.pt), não

será sim melhor pensar o assunto com estratégia para “valorizar a carreira militar”, como disse em campanha Pedro Nuno Santos ou criar um “sistema de incentivos” para a carreira militar como disse na mesma altura o agora primeiro-ministro Luís Montenegro?

Em tempo de paz, o serviço militar obrigatório vai interromper a vida de muitos jovens, que nesse período devem ter outras experiências muito mais interessantes, estudar, viajar, entre outras coisas. Já se for em tempo de guerra, o SMO servirá para mandar carne para canhão. E se há cerca de um milhão de portugueses muito ávidos de saudosismo, convém lembrar todos os dias que são uma minoria, o resto não vai em cantigas saudosistas. Mas o caminho não é por aí, devemos pensar sim no serviço militar com uma forte vertente profissionalizada, bem paga, e sempre como uma escolha, nunca como uma obrigação. Ideias avulsas, atiradas para o ar, como esta do regresso do SMO, tiram-nos o foco do que é importante e de tratar os assuntos de forma séria. Mas vá, concentremo-nos no que importa: o velho e o novo logótipo do governo português...

OS NÚMEROS DO DIA

60396

MÉDICOS

Estavam inscritos na Ordem dos Médicos em 2022, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, que apontam para que mais de metade eram mulheres. Na prática, havia 5,8 médicos por cada mil habitantes.

41

SECRETÁRIOS DE ESTADO

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deu ontem posse, no Palácio da Ajuda, aos 41 secretários de Estado conhecidos na noite de quinta-feira e que acabaram por ser os últimos membros do Governo de Luís Montenegro a serem conhecidos.

3,91

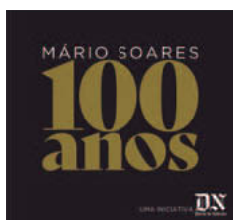
POR CENTO

É a taxa de juro média das novas operações de crédito à habitação, de acordo com o Banco de Portugal. Tal representa uma diminuição pelo quinto mês consecutivo.

4.8

SISMO

A área metropolitana de Nova Iorque, nos Estados Unidos, foi abalada ontem, quando o relógio marcava 15.20 horas em Lisboa, por um sismo de magnitude de 4.8 na escala de Richter, que teve como epicentro o município de Lebanon, em New Jersey. Não se registaram vítimas.



Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Cândia, Sofia Fonseca e Valentina Marcelino **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ªA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.



PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

No DN



“Manifestação de portuguesismo”

TEXTO ISABEL LARANJO

Do Ultramar chegavam as últimas manifestações de apoio ao Estado Novo que, dentro em breve, haveria de cair. “V Congresso dos Povos da Guiné: Exemplar manifestação de portuguesismo e de ânsia de paz e de progresso”, podia ler-se, em manchete. Händel de Oliveira foi o jornalista enviado especial do DN àquele país africano, há 50 anos ainda uma colónia portuguesa. “Estamos fartos da guerra que foi feita pelo cabo-verdiano Amílcar Cabral e não pelos fulas da Guiné. Temos de acabar com a guerra e só conversando de forma a entendermo-nos é que conseguimos que isso aconteça”, começava por citar o jornalista. Quem falava era Buramo Balde, auxiliar do chefe da tabanca fula de Pirada, junto da fronteira. “Devíamos mandar uma delegação de filhos da Guiné à O.N.U. para demonstrarmos que manteremos a paz e que é o P.A.I.G.C. que está a complicar essa paz”.

Este eco chegava, precisamente, daquele que foi considerado o pior cenário da guerra de África, a Guiné. “Esta ânsia de paz está bem latente entre toda a população desta martirizada província portuguesa, incluindo a europeia”, podia ler-se.

Numa pequena nota, mas também com destaque de primeira página, logo por baixo da notícia do V Congresso dos Povos da Guiné, dava-se conta de que o Chefe de Estado, Américo Thomaz, tinha recebido, em audiência, no Palácio Nacional de Belém, o Presidente do Conselho, Marcello Caetano.

Com Georges Pompidou já enterrado eram marcadas as eleições presidenciais francesas para os dias 5 e 19 de maio de 1974. Também na primeira página, o falecido Pompidou continuava a ser notícia. “Os últimos dias de Georges Pompidou que sabia próximo do seu fim: paira grande mistério sobre os termos do discurso em que ele queria dirigir um derradeiro apelo ao país”, titulava o DN. “Soube-se agora: algumas horas antes de morrer, Georges Pompidou quis ainda dirigir-se uma última vez aos Franceses, deixar-lhes uma última mensagem”, escrevia o jornal.

Uma fotografia ganhava destaque na primeira página do DN de há 50 anos. Era Ana Paula “a jovem portuense (...) escolhida como ‘Rapariga Ideal 74’”. O concurso, organizado pela Mocidade Portuguesa, não era só de beleza: as candidatas também deveriam provar ser boas donas de casa e bem educadas.

Onde eu estava

Jorge Bettencourt Oficial de Marinha reformado e engenheiro, nascido em Lourenço Marques (Maputo) em 1950.



No início de 1974 estava no quarto e último ano da Escola Naval, uma escola bem diferente do Técnico que frequentei antes de optar pela Marinha. Contudo, esse período de 1968 a 1970, marcado pelo ativismo estudantil universitário, influenciou a forma como via a ditadura.

Estava certo de que a liberdade e a democracia com que sonhava só seriam possíveis com um golpe militar que mudasse o poder em Portugal. As farsas eleitorais de 1969 e 1973, a resistência dos setores conservadores da Marinha a iniciativas como, por exemplo, a denúncia de práticas formativas caducas ou a criação de um jornal escolar para os alunos debaterem ideias, assim como as ameaças de expulsão da Escola Naval, apesar de ser um dos primeiros classificados do curso, militar e academicamente, não permitiam qualquer ilusão.

Os meus pais também não tinham simpatia pelo Estado Novo. Da minha mãe, nascida numa aldeia no sopé da serra de Montejunto, ouvi falar do primeiro emprego na sede da Companhia de Diamantes de Angola e dos tiques de ditador do seu patrão, um oficial de Marinha monárquico próximo de Salazar, que foi ministro da República, administrador co-

lonial e de várias empresas e bancos. Do meu pai, que nasceu em Lourenço Marques, filho de madeirenses à procura de uma vida melhor em Moçambique, ouvia críticas ao Estado colonial. Formado em Engenharia Agronómi-



“Na madrugada do dia 25 de Abril, um camarada avisou-me de que as tropas do Movimento estavam na rua. Despedi-me da minha mulher e apresentei-me na Escola Naval.”

ca, casou na metrópole, concorreu aos Serviços de Agricultura de Moçambique e foi colocado em Inhambane, onde vivemos os primeiros sete anos da minha vida. Decidiu apoiar os pequenos agricultores na cultura do café, uma alternativa às concessões pela administração colonial às grandes empresas. Instalou estações experimentais, primeiro na Malamba, a sul de Inhambane, e depois no Gurulé, na Zambézia, quando foi transferido para Quelimane, onde produzia e distribuía sementes aos fazendeiros e agricultores, que assumiam por inteiro o circuito de produção e venda do café. Mas esta situação incomodava os poderes coloniais e em 1958 a cultura do café foi proibida em Moçambique. Quem quisesse trabalhar em café, que fosse para Angola.

Em consequência ou por coincidência, o meu pai adoeceu gravemente e perante um desfecho que os médicos previam fatal, veio deixar a minha mãe, a minha irmã e eu, então com nove anos, a Portugal. Felizmente, recuperou ao fim de um ano, voltou ao trabalho e tornou-se um especialista do melhoramento genético do cafeeiro. Mas acentuou a descrença na política colonial portuguesa, sentimento que transmitia aos filhos.

Casei em fevereiro de 1973, estava no 3.º ano da Escola Naval. A minha mulher engravidou poucos meses depois e foi na expectativa do nascimento do primeiro filho e dos resultados da conspiração em que procurava participar que chegou o dia 3 de março de 1974, o dia em que o bebé nasceu e o mundo desabou. Na maternidade, explicaram que o menino sofria de uma malformação congénita, com danos significativos e irreversíveis. O menino foi internado no hospital de Santa Maria e faleceu com dez dias de vida.

Ao drama pessoal juntou-se a vivência das carências do sistema público de saúde de então. O que se passava num dos maiores hospitais nacionais era bem a imagem de um regime decadente. Foram os dez dias mais duros e intensos da nossa vida.

Depois foi preciso voltar a levantar o mundo, juntos. Um mês e meio depois, na madrugada do dia 25 de Abril, um camarada avisou-me de que as tropas do Movimento estavam na rua. Despedi-me da minha mulher e apresentei-me na Escola Naval.

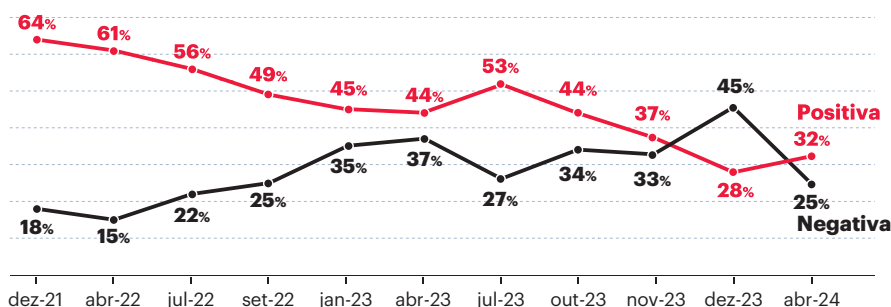
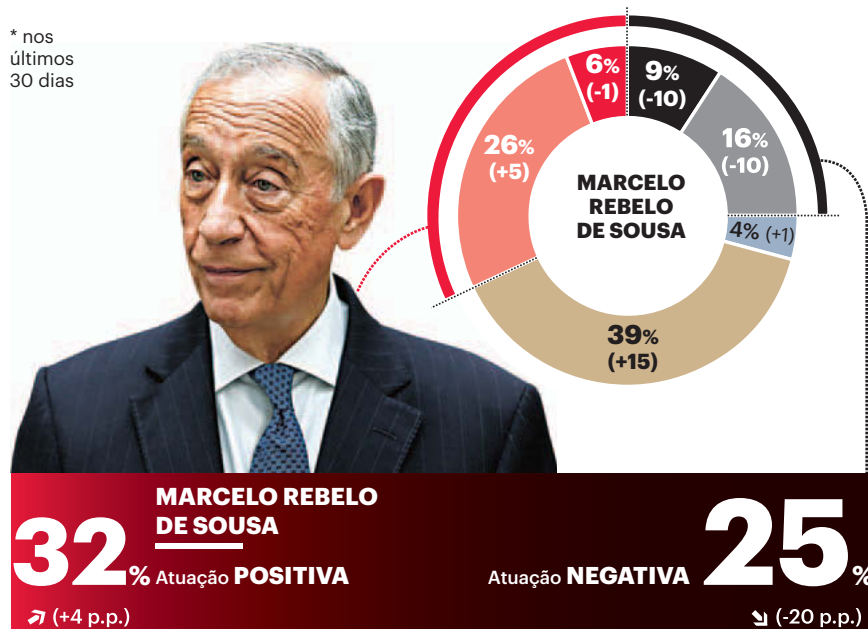
Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Teles

Desempenho do Presidente da República

Avaliação* ■ Muito bom ■ Bom ■ Nem bom nem mau ■ Mau ■ Muito mau ■ Ns/Nr

↗ (variação em pontos percentuais face a dezembro de 2023)

* nos últimos 30 dias



FONTE: AXIMAGE, BARÓMETRO POLÍTICO DE ABRIL DE 2024 INFOGRAFIA JN

AVALIAÇÃO

Portugueses voltam a dar positiva a Marcelo e querem que seja mais interventivo

SONDAGEM Presidente da República recupera popularidade, mas a proporção dos que hesitam sobre a sua avaliação nunca foi tão alta (39%). Escolher Luís Montenegro, mesmo com Governo minoritário, foi a melhor decisão (58%).

TEXTO RAFAEL BARBOSA

Ultrapassada a tempestade causada pela crise política, Marcelo Rebelo de Sousa volta a conseguir uma avaliação positiva dos portugueses: 32% estão satisfeitos, 25% dão-lhe nota negativa, de acordo com uma sondagem da Aximage para o DN, JN e TSE. Mas também é verdade que são muitos os que hesitam sobre que avaliação fazer (39%). Já sobre a in-

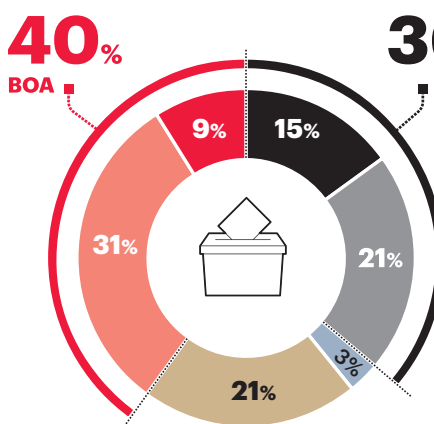
dicação de Luís Montenegro para liderar um Governo minoritário, não há dúvidas: 58% acreditam que foi a melhor solução. Há também uma expressiva maioria que aponta para a necessidade de um presidente da República mais interventivo nesta legislatura (62%).

Observando com mais detalhe os números desta sondagem, é legítimo fazer uma leitura de copo meio

cheio: no último barómetro, em dezembro de 2023, quando a polarização política estava ao rubro, e na agenda mediática se destacava o caso das gémeas brasileiras com tratamento privilegiado no Hospital de Santa Maria, Marcelo ficou, pela primeira vez, no vermelho, com um saldo negativo (diferença entre notas positivas e negativas) de 17 pontos. Pouco mais de três meses depois,

Atuação na crise do Governo e convocação de eleições

■ Muito boa ■ Boa ■ Nem boa nem má ■ Má ■ Muito má ■ Ns/Nr



Aceitação de um Governo minoritário

Fez bem em aceitar e nomear um primeiro-ministro para um Governo minoritário

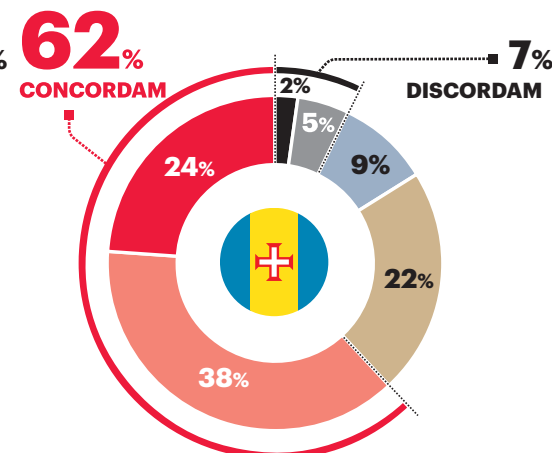
Deveria ter insistido com Luís Montenegro para obter acordo parlamentar com o PS

Deveria ter insistido com Luís Montenegro para obter acordo parlamentar com o Chega

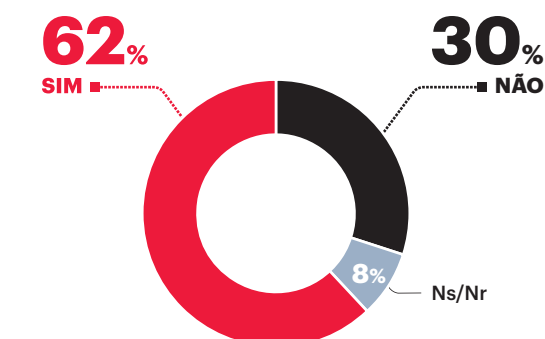
Ns/Nr

Qual a sua posição sobre a decisão de dissolver a Assembleia Legislativa da Madeira e de convocar eleições antecipadas

■ Concorda totalmente ■ Concorda ■ Nem concorda nem discorda ■ Discorda totalmente ■ Discorda ■ Ns/Nr



Deverá ser mais interventivo nesta legislatura?



concretizadas as eleições e escolhido o Governo, volta a terreno positivo (o trabalho de campo da sondagem decorreu antes das mais recentes notícias sobre o caso das gémeas).

Mas vale a pena olhar, igualmente, para o copo meio vazio: quando se analisam as respostas por género, percebe-se que são as mulheres que “salvam” o presidente de continuar abaixo da linha de água: entre elas, há um saldo positivo de 14 pontos; entre eles, é de dois pontos negativos. Quando a análise se centra nos segmentos partidários, percebe-se que a avaliação só é positiva graças aos eleitores da Aliança Democrática (37 pontos de saldo positivo). Entre os eleitores do PS, Chega, IL, BE, CDU e Livre, o saldo é negativo.

Decisões acertadas

Outro dado significativo deste barómetro é que, pela primeira vez, o maior número de respostas aponta para terreno neutro: 39% dizem que o presidente da República não tem estado bem nem mal (em dezembro passado, apenas 24% hesitavam sobre como pontuar Marcelo). Caso para concluir, talvez, que o copo presidencial tanto pode encher como esvaziar.

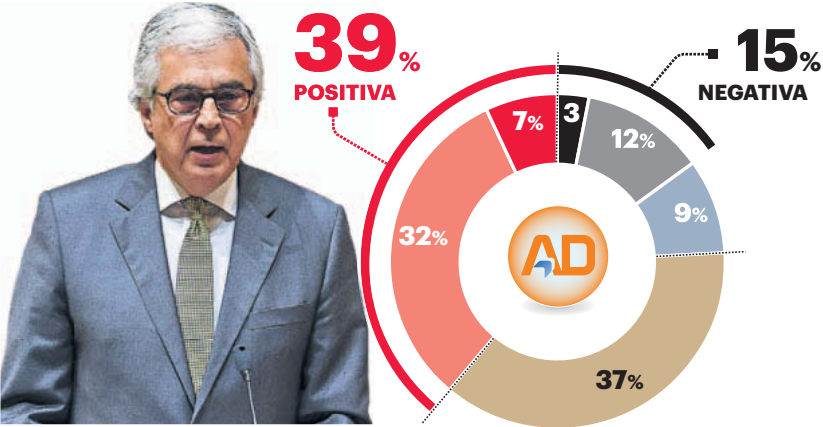
Se é verdade que há uma grande percentagem de portugueses que não é capaz de se decidir sobre o presidente da República (se somarmos os que não sabem ou recusaram responder, são 43%), não é menos que concordam, pelo menos, com as suas decisões.

Eleições são a melhor solução na Madeira

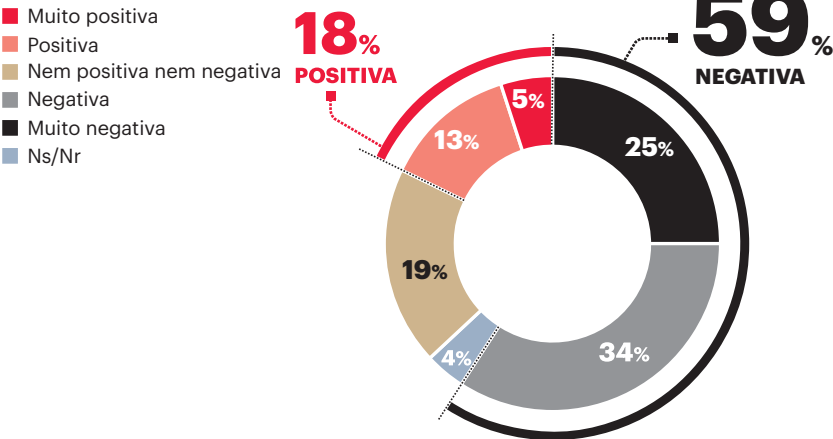
O Presidente da República esperou pela clarificação da situação política a nível nacional para decidir uma solução para a crise na Madeira (também espoletada por uma intervenção judicial). E decidiu-se por dissolver a Assembleia Legislativa e convocar eleições antecipadas para 26 de maio de 2024, apenas oito meses depois da vitória da coligação PSD/CDS, que só conseguiu uma maioria parlamentar depois de somar, aos seus 23 eleitos, a deputada única do PAN. Quase dois terços dos portugueses acompanham Marcelo nessa decisão (62%), sem grandes oscilações, mesmo quando se analisam as respostas entre os diferentes segmentos partidários: dos 60% de eleitores do Livre, aos 69% de eleitores da AD.

Mesmo que, sem grande vantagem, são mais os que consideram que esteve bem no passado recente, quando foi necessário convocar eleições antecipadas (40%) do que os que se manifestam descontentes (36%). Sem surpresa, a satisfação é maior à Direita (e em particular entre quem votou na AD nas legislativas), enquanto à Esquerda grassa a insatisfação (com destaque para quem votou no PS a 10 de março).

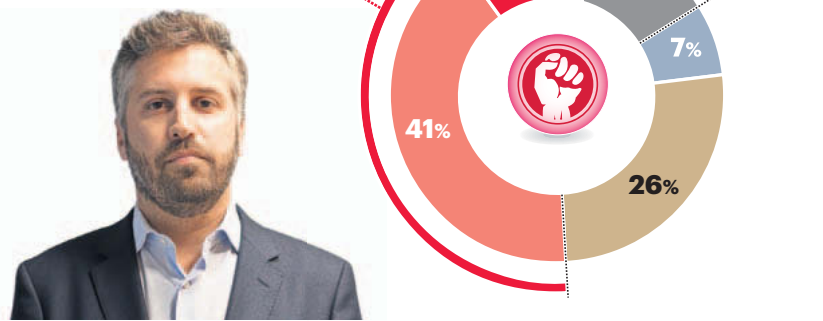
Como avalia a escolha de José Pedro Aguiar-Branco para presidir à Assembleia da República nos dois primeiros anos da legislatura?



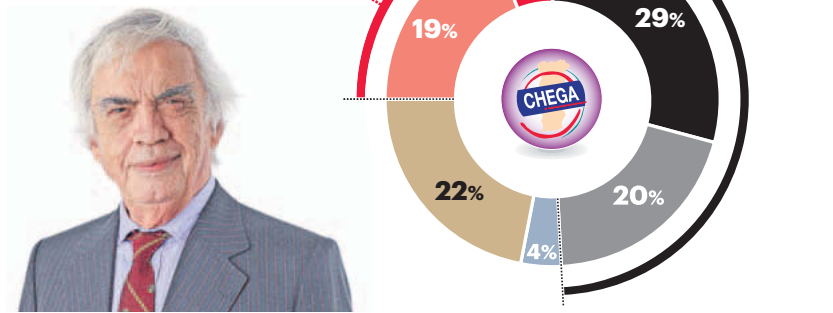
Qual a sua posição sobre a situação de impasse ocorrida nas três primeiras votações para eleição do Presidente da Assembleia da República?



Como avalia a atuação do PS na viabilização da eleição do presidente da AR?



De que forma vê a eleição de Diogo Pacheco Amorim, do Chega, para vice-presidente da AR?



FICHA TÉCNICA
Sondagem de opinião realizada pela Aximage para DN/JN/TSF. Universo: indivíduos maiores de 18 anos residentes em Portugal. Amostragem por quotas, obtida a partir de uma matriz cruzando sexo, idade e região. A amostra teve 805 entrevistas efetivas: 707 entrevistas online e 93 entrevistas telefónicas; 372 homens e 428 mulheres; 180 entre os 18 e os 34 anos, 222 entre os 35 e os 49 anos, 202 entre os 50 e os 64 anos e 196 para os 65 e mais anos; Norte 281, Centro 173, Sul e Ilhas 128, A. M. Lisboa 218. Técnica: aplicação online (CAWI) de um questionário estruturado a um painel de indivíduos que preenchem as quotas pré-determinadas para pessoas com 18 ou mais anos; entrevistas telefónicas (CATI) do mesmo questionário ao subuniverso utilizado pela Aximage, com preenchimento das mesmas quotas para os indivíduos com 50 e mais anos e outros. O trabalho de campo decorreu entre 29 de março e 3 de abril de 2024. Taxa de resposta: 78,15%. O erro máximo de amostragem deste estudo, para um intervalo de confiança de 95%, é de +/- 3,5%. Responsabilidade do estudo: Aximage, sob a direção técnica de Ana Carla Basílio.

Solução de Governo

Relativamente à decisão com que tentou pôr um ponto final na crise (ou pelo menos no vazio de poder), a vaga de apoio é maior: 58% concordam com a decisão de escolher Luís Montenegro para liderar um Governo com apoio minoritário no Parlamento (apenas 50 mil votos separaram a AD e o PS; sociais-democratas e socialistas têm o mesmo número de deputados, 78).

Essa convicção é comum a todos os segmentos da amostra, com a tal exceção que confirma a regra: 50% dos eleitores do Chega entendem que o presidente da República deveria ter insistido com Luís Montenegro para obter um acordo parlamentar com André Ventura. É certo que também há 37% de socialistas que gostariam de ter visto um esforço de Marcelo a articular um "bloco central", mas são mais os que se dizem satisfeitos com a solução que vingou (49%).

Conscientes de que a aritmética parlamentar dá escassa (ou nula) margem de manobra ao novo primeiro-ministro, são ainda mais os que entendem que Marcelo Rebelo de Sousa deve ser mais interventivo nesta legislatura do que na anterior (62%). É assim, de novo, em todos os segmentos da amostra, mas em particular entre os que vivem no Sul e nas ilhas (70%), entre as mulheres (mais oito pontos que os homens), entre os mais jovens (67%) e entre os que votaram na AD (70%). Há de novo uma exceção que confirma a regra, desta vez os eleitores do Livre, em que a posição maioritária (55%) é de que não faz falta um presidente mais interventivo.

Governar a solo

Os eleitores da AD defendem que Luís Montenegro lidere um Governo minoritário (78%). Mas há 18% que gostariam de outra solução: 9% apontam para um acordo parlamentar com o PS, e outros tantos com o Chega.

18%

Evolução Em julho do ano passado, antes de Marcelo Rebelo de Sousa iniciar uma rota descendente, apenas 18% dos portugueses hesitavam sobre se a sua atuação era positiva ou negativa. Nove meses depois, são 39%.

41%

Intervenção Ainda que a maioria dos portugueses pretenda um presidente mais interventivo nesta legislatura (62%), há um grupo etário que se mostra menos convencido: 41% dos que têm 65 ou mais anos não o desejam.

Parlamento: PS esteve bem a desbloquear o impasse

DECISÃO Eleição de Aguiar-Branco para presidente é positiva, mas não entusiasma. Ter um vice do Chega na Assembleia da República é negativo também para os eleitores da AD.

O impasse na eleição do presidente da Assembleia da República foi negativo (59%), mas a atuação do PS, que permitiu desbloqueá-lo, foi positiva (51%). A escolha dos personagens, no entanto, não entusiasma. De acordo com uma sondagem da Aximage para o DN, JN e TSF, a eleição de José Pedro Aguiar-Branco só foi positiva para 39%. E a de um deputado do Chega para a vice-presidência foi negativa (49%).

Foi só à quarta tentativa que o ex-ministro social-democrata conseguiu ser eleito presidente do Parlamento. E apenas para metade da legislatura, depois de os socialistas avançarem com uma proposta que permitiu ultrapassar o bloqueio que ameaçava paralisar o arranque dos trabalhos da nova legislatura: José Pedro Aguiar-Branco será o líder da Assembleia da República durante dois anos e, nos dois restantes, será um deputado socialista, eventualmente Francisco Assis, que, quando foi a votos, até con-

seguiu melhores resultados que o social-democrata.

Há uma maioria de portugueses que elogia a solução proposta por Pedro Nuno Santos a Luís Montenegro (51%), com destaque para os que votaram à esquerda nas últimas legislativas, e em particular os eleitores socialistas (71%). Mas também quem votou na AD (53%). Entre todos os segmentos só destoam os que votaram no Chega. É o único segmento em que há mais avalia-

ções negativas (33%) do que positivas (18%).

Os elogios esgotam-se na solução. Quando perguntados sobre os nomes, o entusiasmo dos portugueses esmorece. Aguiar-Branco consegue, é verdade, um saldo positivo, graças aos 39% de avaliações positivas, contra 15% negativas. Sucede que a indiferença é quase a regra: 46% dos inquiridos refugiam-se numa resposta neutra ou recusam dar uma opinião, em particular as mulheres (51%).

Pior é a avaliação de Pacheco de Amorim, que foi eleito vice-presidente, com os votos dos deputados do Chega, o seu partido, e do PSD. Por cada resposta positiva (25%) há dois inquiridos que consideram a escolha negativa (49%), com destaque para as mulheres e os eleitores com 65 ou mais anos. Por segmento de voto, os mais críticos são os eleitores dos partidos à Esquerda. Mas até os eleitores da Aliança Democrática pendem mais para uma avaliação negativa (36%) do que positiva (29%).

Há uma maioria de portugueses que elogia a solução proposta por Pedro Nuno Santos a Luís Montenegro (51%).

por Carlos Ferro



Ekrem Imamoglu, do CHP, manteve a liderança da Câmara de Istambul e é apontado como um candidato às presidenciais de 2028.



YASIN AKGUL / AFP

A pouca adesão dos jovens às Forças Armadas e a situação de segurança internacional voltou a colocar na agenda a discussão sobre o Serviço Militar Obrigatório.



IGOR MARTINS / GLOBAL IMAGENS

João Sousa, acompanhado pelos pais e pelo treinador, foi homenageado no court do Estoril após o seu último jogo.



Sáb.

Serviço Militar Obrigatório. Sim, não, vamos analisar

Os dados conhecidos não deixam dúvidas: há cada vez menos jovens a quererem ir para as Forças Armadas. Dados de outubro de 2023 mostravam que cumpriam serviços nas FA 23 425 militares, um número bem abaixo dos 32 mil autorizados pelo Governo. Este panorama, num momento em que o sentimento de insegurança mundial é cada vez maior e que existem guerras em curso na Ucrânia e em Israel, fez surgir o debate sobre o regresso do Serviço Militar Obrigatório, com os chefes militares a defenderem que se analise essa possibilidade. A discussão ainda vai no início, mas há uma curiosidade que aqui deixamos: o SMO acabou há 20 anos após decisão do ministro da Defesa de então, o centrista Paulo Portas; agora pode caber ao presidente do CDS/PP Nuno Melo propor o seu regresso. Vamos ter de esperar pela decisão, mas será interessante perceber qual o pensamento atual do dirigente que em 2007 achava que o serviço militar devia ser facultativo.

Dom.

O “ponto de viragem” para Erdogan

Os resultados das eleições municipais na Turquia surpreenderam o presidente Recep Tayyip Erdogan, que viu o seu partido perder poder em vários municípios e, ao mesmo tempo, assistiu ao crescimento do principal partido da oposição, o CHP (Partido Popular Republicano). Este manteve a liderança das cidades de Istambul e Ancara, mas ainda foi conquistando várias outras autarquias num resultado que o próprio Erdogan considerou como “um ponto de viragem” no país. Erdogan garantiu que iria respeitar a “decisão da nação”, que não só não lhe “devolveu” Istambul como o penalizou em muitas outras cidades. Os analistas destacaram principalmente o triunfo de Ekrem Imamoglu, autarca de Istambul, que surge como o nome em destaque para as presidenciais de 2028.

2.ª

Alemanha autoriza consumo de canábis

Três meses. Este é o tempo que os consumidores vão ter de esperar na Alemanha para poderem comprar canábis de forma legal. A lei que entrou em vigor a 1 de abril vai permitir que os consumidores com mais de 18 anos possam ter na sua posse 25 gramas, cultivem até 50 gramas e tenham até três plantas por adulto em casa. Dentro de três meses, os consumidores podem fazer parte dos chamados “clubes sociais”, os quais podem ter até 500 membros, estando autorizados a distribuir 50 gramas de canábis por mês a cada membro. Esta legislação coloca a Alemanha entre os três países europeus que permitem o consumo recreativo, juntando-se a Malta e ao Luxemburgo. Em Portugal, o consumo foi descriminalizado, mas não despenalizado, em 2001.

3.ª

Recados, pressões e ausências. A posse do Governo

Eis um recado do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa: os portugueses “escolheram dar a vitória ao setor moderado e não ao setor radical”. A seguir o aviso e a pressão do novo primeiro-ministro Luís Montenegro: “Este Governo está aqui para governar os quatro anos e meio da legislatura” e o PS tem de decidir se é “uma oposição democrática ou um bloqueio democrático”. E, finalmente, as ausências: o secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, o Bloco de Esquerda e o PCP não marcaram presença na tomada de posse do XXIV Governo Constitucional, liderado por Luís Montenegro. Eis o retrato do que aconteceu na Sala dos Embaixadores do Palácio da Ajuda no dia em que os novos ministros tomaram posse. Pelo que se ouviu depois, dos restantes partidos com assento parlamentar, esta tarde deve ter sido a mais calma que o Governo vai ter nos próximos tempos...



TIAGO PETINGA/LUSA



JOHN MACDOUGALL / AFP



O Presidente da República deu posse aos novos 17 ministros.

PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGES



Antigo secretário de Estado Lacerda Sales foi visado no relatório da IGAS.

RITA CHANTRE / GLOBAL IMAGES



TIAGO PETINGA/LUSA

Trabalhadores dos TVDE exigiram melhores condições de trabalho em vários pontos do país.

4.a

Estoril Open emocionou-se no adeus ao “let’s go João, let’s go”

“Não podia ter escolhido um melhor palco para terminar a carreira”. Com a voz embargada, e lágrimas a interromper o discurso, João Sousa despediu-se do ténis profissional no Estoril Open. O melhor tenista português – chegou ao lugar 28 do ranking ATP, em maio de 2016 – saiu dos courts a agradecer o apoio que recebeu da família e do treinador, ao longo da carreira em que venceu quatro torneios ATP: Kuala Lumpur (2013), Valência (2015), Estoril Open (2018) e Pune (2022). No seu último encontro, João Sousa perdeu com Arthur Fils em dois sets (7-5 e 6-4), mas o resultado acabou por ficar para segundo plano. Após as homenagens e discursos, João Sousa saiu do court – quando terminou o jogo bateu com a mão duas vezes na terra batida e depois duas vezes no coração – e a partir de agora vai deixar-se de ouvir “let’s go João, let’s go” que se ouvia nas bancadas. Foi uma saída “em paz”, frisou.

5.a

Caso das gémeas. Crianças foram as únicas inocentes

Foi um dos casos que mais deu que falar nos últimos meses do governo anterior. Envolveu o Ministério da Saúde, a Presidência da República, o filho do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e duas gémeas luso-brasileiras que sofrem de atrofia muscular espinhal tipo 1 e que receberam um tratamento com o medicamento Zolgensma, na altura considerado um dos mais caros do mundo. Não estando em causa a necessidade de tratamento às jovens (as mais inocentes no processo), o que está em causa foi a forma como a família o conseguiu. Segundo o relatório da Inspeção-geral das Atividades em Saúde, o acesso foi feito de forma ilegal pois o processo não terá respeitado a portaria que regula o acesso dos utentes ao Serviço Nacional de Saúde. De acordo com o que se sabe agora, terá havido interferência de um secretário de Estado e a própria Presidência da República não está isenta de culpas ao atrasar a entrega de documentos. Vale a pena mais comentários?

6.a

A manifestação de TVDE que chegou à Avenida da Liberdade

A Avenida da Liberdade recebeu um número surpreendente de carros com o dístico TVDE numa manifestação inédita dos motoristas destes veículos descaracterizados de transporte individual de passageiros. Centenas de motoristas não responderam aos pedidos das plataformas como a UBER e a Bolt, preferindo parar os carros como forma de protesto para as condições que lhes são propostas - as quais estão, asseguram, “no limiar da rentabilidade das empresas”. Entre as suas queixas deixaram o alerta cd que têm de trabalhar sete dias por semana, dez a 12 horas por dia, para conseguirem algum rendimento.

Governo muito mais técnico e feminino do que experiente no poder

ESCOLHAS Tomada de posse dos 41 secretários de Estado aumenta para dois o número de atuais governantes que já tinham sido ministros. Primeiro-ministro aposta no recrutamento de figuras da sociedade civil.

TEXTO LEONARDO RALHA

O Conselho de Ministros informal, realizado hoje de manhã em Óbidos, será a primeira reunião do Governo com que Luís Montenegro pretende cumprir mais de quatro anos de legislatura embora seja apoiado por apenas 80 dos 230 eleitos para a Assembleia da República. E também a ocasião para apresentar uma equipa de 59 governantes, entre primeiro-ministro, 17 ministros e 41 secretários de Estado, caracterizada pelo elevado número de mulheres (24, entre sete ministras e 17 secretárias de Estado), pela profusão de figuras com perfil mais técnico do que político, e ainda pela falta de experiência em funções governativas.

Depois de Luís Montenegro, que nunca tinha integrado um Governo, ter escolhido um conjunto de ministros em que apenas um dos elementos (Maria da Graça Carvalho, titular da pasta do Ambiente e Energia) tinha a experiência de assumir uma pasta (Ciência e do Ensino Superior), e com apenas mais seis antigos secretários de Estado, os 41 que ontem tomaram posse no Palácio da Ajuda consolidaram a imagem de escassez de currículo na governação. Apenas três dos novos secretários de Estado têm currículo nessas funções: o centrista Telmo Correia, agora secretário de Estado da Administração Interna, já foi ministro do Turismo, enquanto o social-democrata José Cesário retoma novamente a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, e Hélder Reis passa a secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, após ter sido secretário de Estado Adjunto e do Orçamento no Executivo de Pedro Passos Coelho.

Ter apenas uma dezena de elementos da equipa de Luís Monte-

negro com noção do que é governar - além de José Cesário, que também foi secretário de Estado da Administração Local, o currículo mais extenso é o do ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Castro Almeida, a quem cabe a tutela dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência - será um dos desafios a enfrentar. Mas o primeiro-ministro espera responder com a competência técnica dos "recrutados". Nomeadamente nas Finanças, onde Miranda Sarmento se fez rodear de José Maria Brandão de Brito (Adjunto e do Orçamento), economista-chefe do BCP, ou da advogada Cláudia Reis Duarte (Assuntos Fiscais). E nas Infraestruturas, onde Miguel Pinto Luz optou por Hugo Espírito Santo, da con-

sultora McKinsey, para secretário de Estado das Infraestruturas. Ou na inclusão de sete coordenadores setoriais do Conselho Estratégico Nacional do PSD (ver texto nestas páginas) e na aposta de ir buscar governantes às universidades, empresas e restante sociedade civil, patente na ida de Pedro Dias, diretor executivo da Federação Portuguesa de Futebol, para a Secretaria de Estado do Desporto.

Apesar de os novos secretários de Estado não esquecerem o aparelho social-democrata, com o ex-deputado Carlos Abreu Amorim a tornar-se secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, e mais oito deputados do PSD (e um do CDS-PP) a cederem os seus lugares no hemiciclo, incluindo Clara Marques Mendes, João Moura, Paulo Simões Ribeiro e ainda os recém-eleitos Emídio Sousa, Hernâni Dias e Inês Domingos, ou o independente Alexandre Homem Cristo, a busca de governantes "fora da caixa" complicou a apresentação da lista completa ao Presidente da República, pelo que os nomes só foram divulgados no final da noite de quinta-feira.

Marcelo Rebelo de Sousa explicou esse atraso ontem, após a cerimónia de tomada de posse, dizendo que quando o primeiro-ministro se dirigiu ao Palácio de Belém ainda faltava confirmar "quatro ou cinco nomes", indiciando que alguns secretários de Estado tiveram de ultimar as condições de saída dos respetivos empregos. "Não é fácil compor um Governo em sigilo e com uma diversidade de secretários de Estado", rematou o Presidente da República, que viu os seus antigos conselheiros Nuno Sampaio e Hélder Reis assumirem funções no Governo.

leonardo.ralha@dn.pt

● DETALHES

MINISTRO FICA COM SUPERIOR

Não existe secretário de Estado do Ensino Superior porque a área será tutelada diretamente pelo ministro Fernando Alexandre. No que toca à Inovação irá articular-se com a secretária de Estado da Ciência.

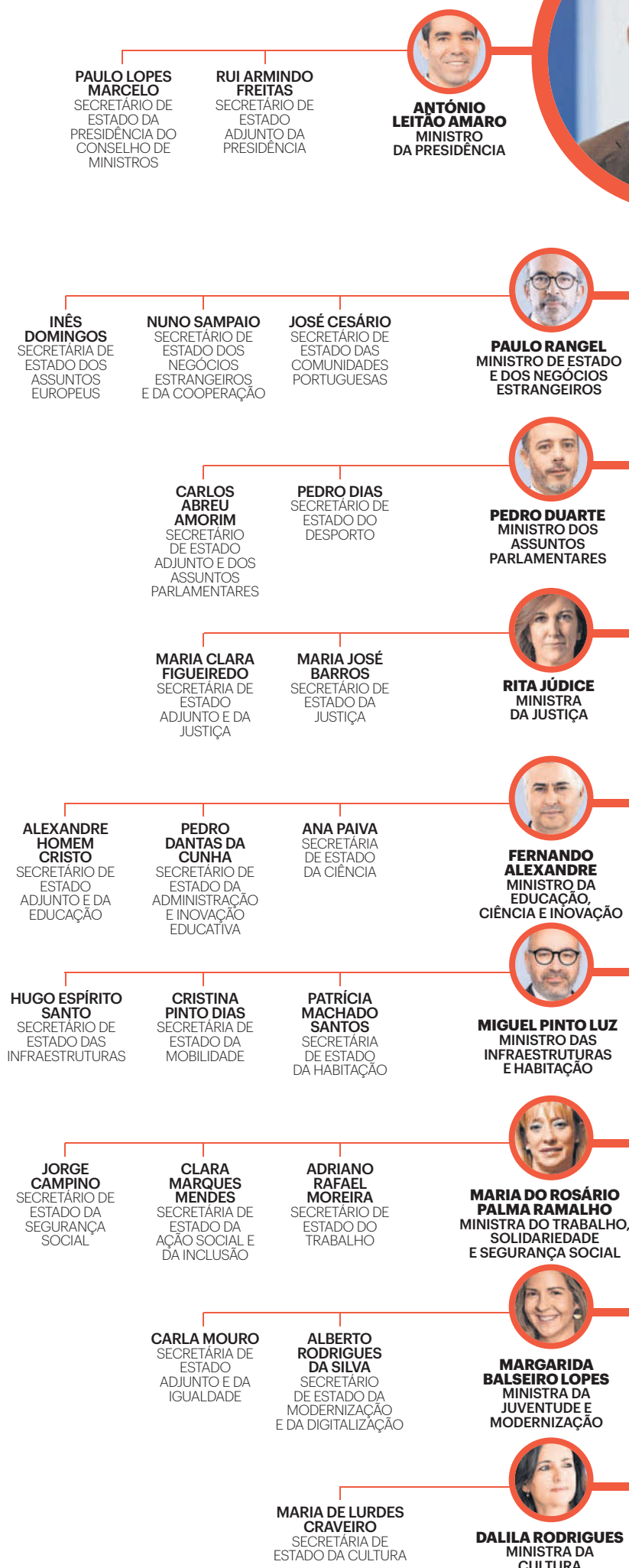
EQUIPAS DE UM GÉNERO SÓ

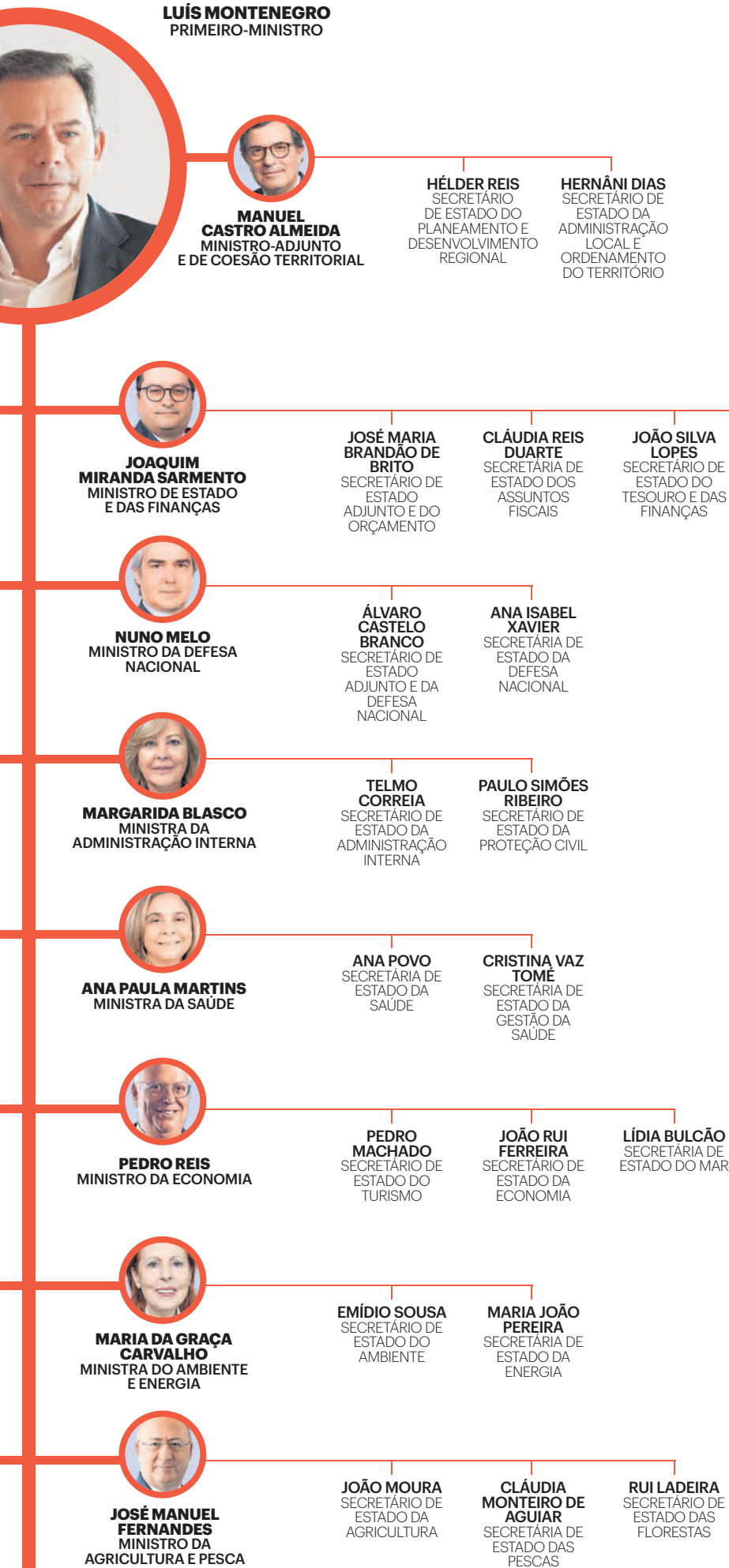
Três ministérios (Justiça, Saúde e Cultura) só têm mulheres nos lugares de topo, entre ministras e secretárias de Estado. O inverso sucede noutro três ministérios: Presidência, Coesão Territorial e Assuntos Parlamentares.

DE MULETAS NA CERIMÓNIA

Entre os 41 secretários de Estado que tomaram posse, destacou-se Hugo Espírito Santo, titular das Infraestruturas, que se deslocou ontem ao Palácio da Ajuda apoiado em muletas.

OS MINISTROS E OS SEUS SECRETÁRIOS DE ESTADO





ESCOLHAS DE SECRETÁRIOS DE ESTADO FORÇAM MAIS MUDANÇAS NO PARLAMENTO: OITO NO PSD E UMA NO CDS

AO TODO HÁ 24 MULHERES NO GOVERNO, COM SETE MINISTRAS E 17 SECRETÁRIAS DE ESTADO

Um terço dos coordenadores do CEN do PSD vão governar

EQUIPA Sete secretários de Estado eram responsáveis setoriais do Conselho Estratégico Nacional. Mas quase todos em áreas diferentes das que aceitaram tutelar.

As escolhas dos secretários de Estado confirmaram o peso do Conselho Estratégico Nacional (CEN) do PSD. Após o seu coordenador, Pedro Duarte, ter sido nomeado ministro dos Assuntos Parlamentares, e Rita Júdice, responsável pela Habitação, assumir a pasta da Justiça, mais sete coordenadores setoriais do órgão destinado a preparar ideias e propostas políticas, tornaram-se secretários de Estado, pelo que mais do que um em cada três dos 26 responsáveis integram o Governo.

Ana Isabel Xavier (Defesa Nacional), Cristina Vaz Tomé (Gestão da Saúde), Inês Domingos (Assuntos Europeus), João Rui Ferreira (Economia), João Silva Lopes (Tesouro e Finanças), Nuno Sampaio (Negócios Estrangeiros e Cooperação) e Rui Armando Freitas (Adjunto do

Ministro da Presidência) traduzem o peso político do órgão que já foi liderado pelo ministro de Estado e das Finanças, Miranda Sarmento, que é descrito como uma “equipa renovada, jovem e dinâmica, pronta para arregaçar as mangas”.

Há, no entanto, diferenças entre as áreas em que esses governantes trabalharam no CEN e as que vão tutelar. Ana Isabel Xavier coordenava a Defesa Nacional e Nuno Sampaio a Política Externa, Diáspora e Assuntos Europeus, mas Cristina Vaz Tomé detinha a Economia e Empresas, Inês Domingos o Empreendedorismo, Inovação e Digitalização, João Rui Ferreira os Serviços Públicos e Reforma do Estado, João Silva Lopes o Ambiente e Sustentabilidade e Rui Armando Freitas o Investimento e Fundos Estruturais. **L.R.**

CDS concentrado na Defesa e na Administração Interna

PARCEIRO Álvaro Castelo Branco torna-se o adjunto de Nuno Melo e Telmo Correia regressa ao Executivo para retomar tradição centrista e tentar travar o Chega.

Sem o peso eleitoral que teve noutros executivos de coligação com o PSD, o CDS-PP só pôde apontar dois secretários de Estado além de Nuno Melo enquanto ministro, mas consolidou a sua posição nas áreas-chave da Defesa e da Administração Interna. E com ambições de conter e reverter o Chega nas áreas de soberania.

Essa será uma das missões do ex-líder parlamentar centrista Telmo Correia, que regressa a funções governativas, duas décadas após ser ministro do Turismo no Governo de Santana Lopes, assumindo a Secretaria de Estado da Administração Interna. Além de confirmar a tradição do CDS-PP no ministério - um dos que nunca tiveram ministros centristas, embora desta vez o PSD não tenha optado por um dos seus dirigentes, mas sim

pela juíza jubilada (e ex-inspetora-geral da Administração Interna) Margarida Blasco -, depois de Nuno Magalhães, Filipe Lobo d’Ávila e João Almeida, Telmo Correia vai empenhar-se na resolução dos diferendos com as associações representativas das forças de segurança. Mas nos seus objetivos políticos estará a travagem do aumento de influência do Chega nas polícias.

O outro secretário de Estado do CDS-PP é Álvaro Castelo Branco, adjunto do ministro da Defesa, Nuno Melo, que terá ainda a social-democrata Ana Isabel Xavier como secretária de Estado. A ida para o Governo do vice-presidente centrista, que tinha assumido o mandato de Nuno Melo na lista do Porto da AD, permite o regresso de João Almeida à bancada centrista. **L.R.**



Na noite eleitoral, o líder do PS recusou entrar em “tática política” e assumiu a derrota.

“É estratégia política”: Líder do PS cola PSD à extrema-direita

OPOSIÇÃO Pedro Nuno Santos compara o Governo à direita radical. Analisando o discurso, o investigador Riccardo Marchi não tem dúvidas: é uma tática política “inteligente” para poder liderar a oposição.

TEXTO RUI MIGUEL GODINHO

Para Pedro Nuno Santos, líder do Partido Socialista, é claro: a agenda política da Aliança Democrática (AD) é partilhada com partidos de extrema-direita, algo que “ficou claro” no discurso de tomada de posse de Luís Montenegro, na passada terça-feira. Nessa ocasião, o líder do PSD apontou baterias aos socialistas, dizendo que se deviam decidir sobre se queriam ser “oposição ou bloqueio” nesta Legislatura.

Ontem, falando na sessão de abertura da reunião anual do Partido Socialista Europeu (PSE) no comité das regiões, o líder socialista apontou baterias ao Governo liderado por Luís Montenegro: “O que nós vamos assistindo é a uma direita tradicional a assumir as bandeiras da extrema-direita, como aliás já hoje se verifica em Portugal. Existem mais semelhanças entre os partidos da direita tradicional, a chamada direita clássica, e os da extrema-direita, do que aquilo que se vai ouvindo.”

Ainda que na noite eleitoral de 10 de março (em que saiu derrotado) o líder do PS tenha recusado qualquer “tática política” para chegar ao poder, o investigador Riccardo Marchi olha para o discurso feito ontem precisamente como isso: estratégia. “Serve, no fundo, para tentar assumir a oposição e não deixar essa função para o Chega”,

diz o professor no ISCTE. “Pedro Nuno Santos já foi muito claro sobre a oposição. Agora, quer forçar os partidos da Aliança Democrática a negociar com o Chega, que é aquilo que eles não querem. É uma estratégia inteligente, porque Pedro Nuno Santos já mostrou pouca

Alexandra Leitão é a escolha para líder parlamentar

A eleição na bancada parlamentar do PS realizar-se-á na próxima quarta-feira (véspera da discussão do programa de Governo, na Assembleia) e a ex-ministra da Modernização do Estado prepara-se para suceder a Eurico Brilhante Dias. Caso seja eleita, a deputada – que coordenou o programa de Pedro Nuno Santos às eleições diretas do partido – será a segunda mulher a liderar a bancada do PS, depois de Ana Catarina Mendes (2019-2022). A antiga líder parlamentar é, aliás, uma das deputadas socialistas que vem do Governo que cessou funções. Ao todo, são 17 ex-ministros e secretários de Estado a assumir o lugar de deputados.

ou nenhuma intenção de negociar e legislar em bloco central, e tem mais hipóteses de governar com partidos à esquerda, como o Livre. Olhando para o quadro parlamentar, o PSD pode governar com quem? Com o Chega, mas o cordão sanitário mantém-se”, analisa.

Para já, não vai haver declarações oficiais do grupo parlamentar do PSD sobre as declarações de Pedro Nuno Santos.

No discurso de ontem, o líder do PS olhou ainda para o contexto europeu: “As semelhanças entre direita e extrema-direita” são visíveis. Por toda a Europa, “governam juntos” e a “direita nacional sentiu necessidade de se aliar” à direita radical. “Ou governam com a extrema-direita ou assumem as suas bandeiras. Não governam com a extrema-direita, mas assumem parte da sua agenda”, apontou o líder socialista.

Por isso é que, os socialistas devem manter “a sua ideologia e combater as novas alianças”. Só assim se pode responder aos problemas das pessoas, assegurando a democracia, defendeu Pedro Nuno Santos. E concluiu dizendo: “Há ideologia, há política diferente e os socialistas vão mostrando ao longo dos anos que nos distinguimos de forma séria daquilo que é o trabalho que a direita vai fazendo.”

rui.godinho@dn.pt



Opinião Viriato Soromenho- Marques

Que fazer com esta espada?

Há uma notável correspondência de 1776, entre o marquês de Pombal e o conde de Lippe (ver Fernando Dores Costa, *Insubmissão*, ICS, 2010, 343-351), que ajuda a perceber os recorrentes obstáculos que qualquer mudança profunda nas FFAA em Portugal enfrentará. O conde alemão Schaumburg-Lippe, figura reinante do seu principado na Baixa-Saxónia e comandante militar ao serviço de Londres, tinha chefiado o exército anglo-luso de 15 000 homens, que em 1762, com a ajuda da resistência popular, desfizera um exército franco-espanhol de 40 000 efetivos. Em 1776, com a ameaça espanhola de novo à espreita, Pombal regressava a Lippe para um novo milagre. Com polidez aristocrática, de Lippe não deixa de lamentar os motivos da falta de empenho nacional nas reformas por ele lançadas. Em 1776, como em 2024, o país carece da visão político-social, larga e estratégica, que Lippe considerava ser fundamental.

As palavras proferidas recentemente por altas chefias militares a favor do regresso ao Serviço Militar Obrigatório (SMO) não têm densidade argumentativa. Falar da “ameaça russa” ou do “desemprego jovem” para justificar essa escolha não exhibe um pensamento, mas um reflexo de Pavlov, mimetizando os disparatados estados de alma, sem espessura, que hoje governam a UE. Aliás, uma UE cada vez mais parecida com a anomia do Sacro-Imperio Romano Germânico, só que desta vez com delegação em Bruxelas e sede em Washington, e não na Viena imperial. A mesma superficialidade que anima, agora de ardor bélico, até homens com idade mais do que madura, corresponde ao apático conformismo reinante nas quase duas décadas que antecederam a destruição formal do SMO em 2004. Certamente, muitos dos que agora apelam às armas, foram os mesmos que aceitaram

a tendência geral de profissionalização – acompanhada mesmo de privatização e mercenarização de tarefas antes atribuídas às FFAA – que varreu o Ocidente. Para os EUA e a OTAN, os conflitos em perspectiva, após a implosão da URSS (assumida como uma “derrota” da Rússia), seja a punição da Sérvia, a invasão do Iraque, ou o dinamitar da Líbia, eram uma espécie de expedições contra líderes tribais, fazendo lembrar as campanhas coloniais, em que alguns países europeus, incluindo Portugal, se envolveram antes do desenlace da I Guerra Mundial.

Nos anos 80, apoiei totalmente a lucidez esclarecida do general Pedro Pezarat Correia, na sua obra de 1988, *Centúrias ou Pretorianos?* O velho SMO tinha numerosos defeitos e anacronismos, mas a sua abolição não melhorou nenhum dos aspetos que afetavam negativamente a instituição militar, antes os agravou a todos. Pezarat Correia repubblicou há dias, no blog *A Viagem dos Argonautas*, um texto de 2018, de leitura obrigatória, pois constitui uma autêntica metodologia para analisar a questão das FFAA e do SMO com seriedade e inteligência. Outros militares, como Carlos Matos Gomes ou Jorge Ferreira, têm oferecido outras opiniões pertinentes. O debate sobre o SMO exige repensar as FFAA no seu conjunto. Será o novo governo capaz de promover essa discussão? E as Universidades? Ou a comunicação social? Onde reside o nosso interesse nacional? Será útil a Portugal juntar-se aos que querem incendiar o que já está a arder? Como é que as FFAA podem contribuir para enfrentar desafios não bélicos, como os da vertiginosa degradação ambiental, que vão lesar pessoas, fazenda e território? Seremos capazes de estudar, pensar e debater, antes de definir estratégias comprometedoras do nosso futuro?

Professor universitário

João Oliveira na terra que já foi comunista, “sem desespero nem facilidades”

REGRESSOS O cabeça de lista do PCP às eleições europeias voltou à Marinha Grande. Na terra onde o PCP já dominou, mas que já foi ultrapassado pela esquerda e pela direita e também pelo Chega, foi ao encontro dos trabalhadores.

TEXTO **PAULA SOFIA LUZ**

“**B**om dia, somos do PCP, e estamos aqui a apresentar as nossas propostas para ver se melhoram as condições de trabalho e a vida”. João Oliveira, primeiro candidato do partido ao Parlamento Europeu, repete o discurso com voz pausada e sorriso aberto, de cada vez que alguém sai na portaria da Crisal - uma das fábricas da Marinha Grande que continua a produzir vidro, e onde trabalham cerca de 300 pessoas. Entrega um pequeno panfleto com frente e verso, onde o PCP diz ao que vem: aumentar salários e pensões, salvar o SNS e assegurar a todos o direito à saúde, garantir o direito à habitação, entre outros. E mesmo que em matéria de direitos todos estejam interessados em alcançar, sabe que no que toca aos deveres, nomeadamente o cívico, do voto, os tempos não são famosos para o partido. Ali, na Marinha Grande, onde o PCP já foi poder, e o concelho considerado um bastião comunista, há muito que começou a ser ultrapassado: primeiro pela esquerda (PS e BE) e agora pela direita.

Nas legislativas de março, o Chega - que lhe mordera os calcanhares da votação em 2022 - ultrapassou-o com uma vantagem de 13 pontos percentuais. Entre os 22.269 votantes, o partido mais votado foi o PS (29,84%), mas logo seguido do Chega (20,05%) e da coligação PSD/CDS (19,43%). A CDU (PCP/PEV) ficou assim em 4º lugar nas eleições, com apenas 6,40% da votação.

Ainda assim, a luta continua. À hora marcada, dois homens de meia idade aproximam-se da fábrica, antes da chegada de João Oliveira, que já vinha de uma cerâmica em Alcobaça. Cada um traz consigo uma bandeira enrolada, um deles carrega uma coluna de som, outro um microfone, que afinal não vai ser preciso.

Hão de juntar-se a eles mais alguns elementos do partido, como Etelvina Rosa, antiga dirigente sindical. Conhece como poucos a massa operária da terra onde nasceu e vive há 68 anos, onde acompanhou greves, falências e insolvências, e assistiu à transformação da sociedade, a partir do momento em que os trabalhadores passaram a ser “colaboradores”, e os quadros de pessoal das indústrias se fa-



Candidato do PCP diz que não se pode olhar para o passado – a perda de uma bastião político – com sentimento de amargura.

zem muito à conta do trabalho temporário. “Esses não querem saber do sindicato para nada. Até têm medo de aceitar um papel”, conta ao DN Hilário Barros, o delegado sindical da Crisal, torneiro mecânico de profissão, há 10 anos ao serviço naquela fábrica. À medida que vão saindo os colegas, alguns cumprimentam-no.

Há anos que o partido começara a perder terreno, em linha com o quadro geral do país, e isso nota-se no meio laboral. Por isso as expectativas para a saída da fábrica nesta sexta-feira não eram muito elevadas. A maioria dos trabalhadores aceita o panfleto, e os que o recusam não mostram, em geral, qualquer animosidade. À exceção de um pequeno grupo de mulheres,

que é mais explícito. Filipe Norte, único funcionário do partido na Marinha Grande, conhece bem o registo: “basta a da frente dizer que não, quem vem atrás faz o mesmo”. No panfleto está escrito o que se vai ouvindo numa gravação, através da coluna de som: “passadas as eleições os problemas permanecem. Os salários e pensões de reforma continuam curtos, a habitação inacessível para muitos, enquanto os grupos económicos lucram 25 milhões por dia”. A voz da gravação alterna com a música. Ouve-se Zeca Afonso cantar o “Grândola”, e de vez em quando Luís Varatojo (Luta Livre) e o “Panela de Pressão”.

A última vez que João Oliveira esteve na Marinha Grande envolveu também “alguma poesia”, como o próprio gosta de lembrar. Foi a 18 de janeiro, para assinalar os 90 anos da revolta. Hoje as circunstâncias eram outras, com ligação à realidade atual. Olha para aquela terra como “um exemplo daquilo que Portugal pode ser, mas hoje não é: podia encarar o seu futuro, aproveitando as suas potencialidades e os seus recursos, pondo-os verdadeiramente ao serviço do seu desenvolvimento, e da forma como ambas têm sido desaproveitadas;

como temos vindo a perder capacidade produtiva, em função de dois fatores que contribuem para isso - políticas nacionais nesse sentido, e por outro lado imposições e orientações da União Europeia”.

Ver para além das votações

O candidato do PCP às eleições europeias sabe bem a terra que pisa. “Mais do que ficarmos agarrados ao passado com algum sentimento de amargura, temos que olhar para esse desafio com o olhar que a experiência do nosso partido nos dá. Isso resultado sobretudo daquilo que é a vida, concreta”, afirma ao DN João Oliveira, já depois da visita, na sala de convívio do Centro de Trabalho do PCP, no centro da Marinha Grande. Recorda que “na revolta de 18 de janeiro de 1934, não havia propriamente uma perspectiva florescente para os trabalhadores e para a população da Marinha Grande. E foi com aquele exemplo de coragem e determinação que se criaram as raízes que viriam a dar ‘uns anitos depois’ aquilo que temos ali naquela fotografia, no 1º de maio de 74”. Aponta para uma tela gigante que reproduz um mar de gente, nas ruas da cidade, naquela que foi a

verdadeira celebração do 25 de abril. Sabe que os tempos são outros, conhece bem os resultados das eleições. “Se olharmos para os resultados eleitorais como critério de avaliação social, só vemos uma pequeníssima parte”, afirma.

“Quando olhamos para as ações de luta dos trabalhadores, que exigem coragem, no dia a dia (para fazer uma greve, um abaixo-assinado, ir à discussão com os patrões); quando os pequenos e médios empresários se organizam e procuram encontrar soluções para os seus problemas, quando as populações se organizam para lutar por um centro de saúde que não funciona, essa dimensão da dinâmica social não é expressa do ponto de vista eleitoral”, acredita. De resto, fala de uma transformação da dinâmica económica, intimamente ligada ao retrato social. E diz-se pronto para encarar de frente essa realidade que temos hoje, “sem desespero nem facilidades”. Até porque está convicto de que “a tradição política dessa dinâmica social que se vai gerando, a partir da luta dos trabalhadores e da população, em muitas circunstâncias só aparece muito tempo depois”.

paulasofia.luz@gmail.com

● **PCP nas últimas legislativas ficou atrás de PS, PSD/CDS e Chega. Partido obteve 6,4% dos votos.**



O consumo de álcool é socialmente aceite e bastante promovido na sociedade portuguesa.

Há 480 mil portugueses com problemas relacionados com o álcool

ESTUDO O ICAD acaba de publicar um relatório onde são contabilizados os consumos, com ou sem substâncias. O álcool e o jogo instantâneo são as adições que mais alertam as autoridades.

TEXTO ISABEL LARANJO

Estima-se que no nosso país existam “480 mil pessoas com problemas relacionados com o uso de álcool e quase 50 mil com problemas relacionados com drogas”, garante ao DN Manuel Cardoso, médico e vogal do Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências (ICAD). O problema é assumido com a publicação do relatório final do *V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2022*, que acaba de ser publicado pelo ICAD.

Neste estudo são analisados os consumos de várias substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas, desde 2001 até 2022, bem como adições sem substâncias – é o caso do jogo – e as conclusões apontam para um maior excesso no consumo de álcool. “Aquilo que mais me preocupa no estudo em relação aos consumos é o consumo de bebi-

das alcoólicas”, adianta Manuel Cardoso. “Independentemente desse consumo há depois práticas de padrões de consumo de risco que são graves. Aqueles que dizem, neste estudo, que consumiram grandes quantidades num período curto de tempo, ou seja, que se embriagaram, são uma percentagem muitíssimo alta. Essa é a nossa preocupação do que ao inquérito diz respeito”.

O consumo de álcool, na perspectiva de Manuel Cardoso, além de ser “socialmente aceite” está enraizada na sociedade portuguesa. “Tem a ver com a cultura. A nossa cultura é de consumo de bebidas alcoólicas. Festejamos tudo com álcool e aceitamos isso”. E acrescenta: “Somos produtores de vinho, de cerveja e outras bebidas alcoólicas. A indústria e todo o setor económico relacionado com a produção e consumo de bebidas alcoólicas é enorme. E por isso a to-

● *“Este [consumo de álcool] está associado a doenças como cirroses, cancro, pancreatites e até aos problemas de violência doméstica, acidentes de viação e violência contra pessoas que chega a situações gravíssimas, até de homicídios”.*

Manuel Cardoso
Médico, vogal do conselho
diretivo do ICAD

lerância aos consumos também é muito grande.”

Devido à magnitude do consumo de álcool, o médico alerta para a necessidade de controlar a publicidade e o patrocínio, por parte de bebidas alcoólicas, de eventos culturais e desportivos, à semelhança do que já aconteceu com o tabaco anteriormente. “Parece que há condições para fazer alterações à lei da publicidade. Em relação às bebidas alcoólicas, o patrocínio de eventos, nomeadamente culturais ou desportivos, é muito comum e tem de ser regulado”, observa. Também na Internet, o perigo espreita: “Tem de ser mais regulada e muitíssimo mais fiscalizada a publicidade online, digital, feita por influencers, o que não acontece neste momento.”

O facto de o álcool ser legal e de fácil acesso também contribuirá para um número tão considerável de consumidores, muitos deles

74,7%

Resposta Grande parte dos inquiridos declara já ter pelo menos uma experiência de consumo de álcool ao longo da vida. O álcool é a substância psicoativa mais consumida em Portugal, seguida dos sedativos, com 14,2%.

2700

Óbitos Este é o número de pessoas que morrem todos os anos por doenças ou acidentes atribuídos ao consumo de álcool. Estes consumos dão também origem a episódios de violência e até casos de homicídio.

problemáticos. “Encontramos álcool em vários sítios, mesmo com algumas regras, que não estão a ser cumpridas na íntegra – [como a proibição de venda a menores] nomeadamente nas grandes superfícies. O acesso é fácil e demasiado promovido”, avança o vogal do conselho diretivo do ICAD. “Quando vai a um supermercado encontra bebidas alcoólicas ao virar de cada prateleira. A acessibilidade, até por via dos preços, também é enorme. A facilidade de acesso, a disponibilidade, a publicidade e o marketing são enormes”.

O consumo excessivo de álcool acaba por, também, traduzir-se em inúmeros problemas de saúde e sociais, além da sua dependência. “Não é só consumir. O problema são os efeitos desse consumo. Este está associado a doenças como cirroses, cancro, pancreatites e até aos problemas de violência doméstica, acidentes de viação e violência contra pessoas que chega a situações gravíssimas, até de homicídios”, acrescenta o médico.

O jogo é a segunda adição mais preocupante para o ICAD, sobretudo a lotaria instantânea, conhecida como raspadinha. “A indução de dependência vem dos jogos de recompensa imediata, como é o caso das raspadinhas. As pessoas com menos dinheiro acabam por consumir, por jogar, na tentativa de encontrar uma resposta fácil a problemas”. Quando dão por elas estão viciadas. “A pessoa começa, e se tem retorno nos primeiros momentos, vai continuar a jogar, convencido que vai ter sempre retorno. Depois, se não tiver retorno joga porque nalguma vez há de ter retorno. Portanto, é para compensar aquilo que gastou. Nunca lá chega porque o jogo não está feito para ser assim”, avisa este responsável.

isabel.laranjo@dn.pt

Associações apreensivas com extinção da secretaria de Estado para as migrações

PRIORIDADES Governo de Luís Montenegro não terá uma pasta com a tutela do tema, numa altura em que o número de estrangeiros a viver em Portugal é o maior de sempre e que a AIMA enfrenta problemas na gestão do trabalho.

TEXTO AMANDA LIMA

“A quem vamos dirigir-nos para conversar?”, questiona Alam Kazol, líder da comunidade do Bangladesh no Porto, perante o facto de o novo governo ter acabado com a Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações. A preocupação de Kazol é a mesma de outros representantes de associações de imigrantes ouvidos pelo DN. Os líderes já estavam apreensivos com o futuro das políticas de imigração e integração em Portugal, especialmente com medo de possíveis retrocessos.

“É mesmo muito mau. Com o Governo anterior ao menos tínhamos oportunidade de reunir com uma pessoa para ouvir os nossos problemas. Não sei como vamos fazer, com quem devemos falar. Eu acho que é muito importante termos um secretário de Estado”, diz Alam Kazol.

A opinião é partilhada por Amadou Diallo, da Associação de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Portugal (APIRP). “Isso é mau. Não pode ficar assim, temos que tentar falar com o Governo, porque há muito trabalho a ser feito”, explica.

Alexandra Gomide, fundadora da associação UAI, com sede em Braga, considera a situação “preocupante”, especialmente pela procura de serviços na área. “Ficamos muito preocupados, porque sabemos do momento muito intenso que o país vive em relação ao assunto imigração. Sabemos que o número de imigrantes tem aumentado. Ainda não sei o que o novo Governo vai fazer, mas, em princípio, pensar no fim da secretaria de Estado, é um pouco assustador para a gente”, argumenta.

Pedro Góis, um dos principais especialistas na área das migrações em Portugal, vê a decisão como um “erro” e uma “desvalorização” do tema. “Há aqui uma omissão que me é estranha. Num momento em que a extrema-direita tenta apoderar-se do tema, a melhor maneira de agir é resolver os problemas”, argumenta. “Sem uma ação dedicada, ao menos uma secretaria de Estado, não faço ideia de como vai funcionar, de como o tema será estruturado”, complementa Góis. Outro profissional que também atua na área concorda que “sem uma tutela direta com uma secretaria de Estado não é bom, é um sinal polí-



Imigrantes já realizaram protestos em Lisboa, Porto e Braga contra o atendimento da Agência para as Migrações e Asilo.

tico relevante, onde se torna claro que a temática não é uma prioridade política para o Governo”, pontua.

A decisão de extinguir a secretaria das migrações acontece no momento em que o número de imigrantes residentes é o mais alto de sempre – pelo menos 800 mil estrangeiros com título de residência. Ao mesmo tempo, a recém criada Agência para as Migrações e Asilo (AIMA) – em relação à qual o PSD votou contra na altura – está a tentar resolver as pendências herdadas pelo antigo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Os representantes das associações são unânimes na opinião de que é preciso melhorar o serviço da agência, principalmente na área documental. “Antes víamos as pessoas em processo de regularização com problemas, mas, agora, também temos aqueles que entram no país com visto e não conseguem um agendamento”, conta Alexandra Gomide.

Os imigrantes de Bangladesh e outras comunidades da Ásia que procuram a associação no Porto também reclamam da demora no atendimento e da dificuldade em

conseguir contacto. “O telefone ninguém atende, os problemas continuam como antes, quando era o SEF”, recorda Alam Kazol.

Tutela fica na presidência

Ao DN, um porta-voz do governo de Luís Montenegro afirmou que a tutela das Migrações ficará no Ministério da Presidência. O mesmo tinha acontecido no governo de António Costa, no entanto, com uma inédita Secretaria para Integração e Igualdade, que foi chefiada por Cláudia Pereira, com extenso currí-

Tutela das Migrações fica no Ministério da Presidência, chefiado por Leitão Amaro. Não foi designado um secretário para o tema – um dos mais debatidos nas eleições.

culo na área. No mandato de 2022 a 2024, a pasta migrou para os Assuntos Parlamentares, mas continuou com uma secretaria de Estado, que também tinha a tutela da igualdade. A então ministra Ana Catarina Mendes também possuía experiência na matéria.

No governo de Luís Montenegro, será António Leitão Amaro a decidir. O currículo do ministro não refere nenhuma experiência na área. Nos três mandatos que cumpriu no Parlamento também não há propostas ou trabalhos nas migrações. A pasta tem dois secretários, mas igualmente sem experiência no tema.

Paulo Lopes Macedo, secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros é advogado e docente universitário, com publicações relacionadas em regulação e meio ambiente. Rui Freitas, secretário de Estado adjunto e da presidência, é economista e empresário com passagem pelo setor têxtil e dos media.

Os políticos terão, entre os desafios, definir uma estratégia para a AIMA, numa altura em que esta enfrenta críticas e protestos de imi-

grantes de norte a sul do país (ontem aconteceu uma manifestação no balcão da AIMA em Braga), melhorar a integração dos imigrantes, implementar o plano de ensino da língua portuguesa e o Pacto Global das Migrações. O futuro dos títulos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a criação de um sistema eficiente de emissão e renovação dos documentos igualmente figuram a lista de desafios. O programa eleitoral apresentado por Luís Montenegro não tinha nenhuma medida específica para as migrações, mas assinalava a necessidade de “mudar”.

No discurso da tomada de posse, o primeiro-ministro voltou a referir que a imigração “tem de ser regulada, atrativa para profissionais qualificados, proativa com os jovens estudantes e capaz de reunir famílias (...)”. Queremos um país humanista e acolhedor, que não está nem de portas fechadas, nem de portas escancaradas”. Sem uma área dedicada a essas ideias expressas por Montenegro, não fica claro como será executado.

amanda.lima@globalmediagroup.pt



Na Quinta dos Ingleses moram algumas pessoas que vão ter de deixar o local com o avanço do projeto.

Carcavelos. Um cordão humano contra urbanização

PROTESTO Movimento SOS Quinta dos Ingleses e Alvorada da Floresta contesta plano da Câmara de Cascais para a reestruturação da zona.

Um grupo de cidadãos realiza amanhã, em Cascais, um cordão humano para contestar o plano de urbanização previsto para a Quinta dos Ingleses, em Carcavelos, que inclui a construção de vários empreendimentos.

Esta ação de protesto, promovida pelos movimentos SOS Quinta dos Ingleses e Alvorada da Floresta, acontece quase seis meses depois de ter sido interposta uma ação judicial contra a Câmara Municipal de Cascais, a empresa de construção Alves Ribeiro e o Colégio St. Julian's, promotores deste plano de urbanização.

"Vai ser uma manifestação que quer ladear a quinta dos dois lados, de forma a unir num abraço, digamos assim, toda a quinta. Contamos que seja muito concorrida. Os apoios que temos tido nas redes sociais são extraordinários", disse à agência Lusa o vice-presidente do movimento SOS Quinta dos Ingleses, Pedro Jordão.

Em causa está o designado Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos-Sul (PPERUCS), que prevê a reestruturação urbanística de uma área de 54 hectares, onde se situa o colégio inglês St. Julian's, em Carcavelos, com a criação de um parque urbano que terá oito hectares, a "preservação e valorização do conjunto edifi-

cado da Quinta dos Ingleses" e um empreendimento de "usos habitacional, de comércio, de serviços, hoteleiro e outros".

Este projeto, cujo promotor é a empresa Alves Ribeiro, tem sido contestado por várias associações ambientalistas e sociais do concelho de Cascais, nomeadamente pelos movimentos SOS Quinta dos Ingleses e Alvorada da Floresta.

"No fundo, os oito hectares que serão o parque urbano, anunciado pela Câmara Municipal de Cascais, correspondem ao corredor central do Parque Eduardo XVII, para se ter uma ideia. O Parque Eduardo XVII tem 26 hectares, portanto os oito corresponderão a sensivelmente um terço", apontou.

Segundo sublinhou Pedro Jordão,

Organizadores esperam que protesto seja muito concorrido. "Apoios nas redes sociais são extraordinários", frisa Pedro Jordão.

"existe uma maior sensibilização para o problema, numa altura em que os acessos ao parque começam a ser vedados, uma vez que se prepara o início da intervenção.

O anúncio da intervenção na Quinta dos Ingleses foi feito há um mês pelo vice-presidente da Câmara de Cascais, Nuno Piteira Lopes, durante uma reunião da Assembleia Municipal.

Na ocasião, o autarca social-democrata afirmou que será naquele espaço que irá "nascer o maior parque urbano na freguesia de Carcavelos" e que estará concluído no verão de 2025.

Entretanto, o vice-presidente do SOS Quinta dos Ingleses adiantou que a associação já pediu uma reunião à nova ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho, para discutir este tema.

Por sua vez, num comunicado divulgado ontem, o partido PAN (Pessoas-Animais-Natureza) anunciou que deu entrada esta semana no parlamento com um projeto de resolução que recomenda ao Governo que promova a salvaguarda e valorização da Quinta dos Ingleses, como paisagem protegida de âmbito local.

A Lusa contactou a Câmara Municipal de Cascais, mas, à semelhança de situações anteriores, a autarquia escusou-se a prestar qualquer tipo de comentário.

DN/LUSA

Portugueses não praticam exercício com regularidade

ESTATÍSTICA De acordo com o INE a "falta de tempo e o não gostar" foram as razões apresentadas para não haver uma maior atividade desportiva.

Metade da população portuguesa entre os 18 e os 69 anos praticou exercício físico no último ano, mas pouco mais de um terço o fez regularmente, divulgou o Instituto Nacional de Estatística (INE). Os dados de 2022 indicam que 45,2% da população naquela faixa etária praticou atividade desportiva.

"A falta de tempo e não gostar de praticar atividade desportiva ou exercício físico foram as principais razões referidas pelos não praticantes (por 42,5% e 27,3%, respetivamente)", destacou o INE.

A prática de atividade desportiva ou de exercício físico de modo regular (cinco ou mais vezes por semana) ou com alguma regularidade (uma a quatro vezes) foi indicada "apenas por 35,7% e 36,2% dos inquiridos".

Em 2023, o emprego desportivo abrangeu 45.600 pessoas, mais 5,6% do que em 2022, segundo a mesma fonte.

A remuneração bruta total mensal média por trabalhador nas atividades do setor foi de 1.461 euros, "destacando-se as atividades dos clubes desportivos, com a maior remuneração bruta total mensal média (2.713 euros) e o ensino desportivo e recreativo, com o menor valor (931 euros)", explicou o INE, referindo que este número ficou abaixo da média total da economia (1.505 euros), embora com um crescimento anual maior (6,9% vs. 6,6%) e superior à taxa de inflação (4,3%).

Em 2022, existiam 16.441 empresas do setor desportivo, que geraram 2,9 mil milhões de euros de volume de negócios.

Desigualdades condicionam acesso ao ensino superior

EDUCAÇÃO Documento da Direção-Geral do Ensino Superior frisa que 56% dos alunos mais carenciados não continua os estudos após o secundário.

As desigualdades socioeconómicas continuam a condicionar o acesso ao ensino superior, segundo um relatório que revela que 56% dos alunos mais carenciados não continuarão a estudar após terminar o ensino secundário.

Os dados referem-se ao ano letivo 2021/2022 e constam do relatório *Revisão do Sistema de Acesso ao Ensino Superior 2022/2023*, já publicado na página da Direção-Geral do Ensino Superior.

Num capítulo dedicado à equidade no acesso ao ensino superior, os autores começam por reconhecer que "a expansão do ensino superior não conseguiu eliminar desigualdades socioeconómicas, nem se traduziu numa total igualdade de oportunidades no acesso à formação superior".

Reflexo disso está nos da-

dos analisados referentes às taxas de transição dos alunos do ensino secundário para o ensino superior, que mostram disparidades entre os mais e menos carenciados.

Olhando para os alunos que concluíram o secundário no ano letivo 2020/2021, apenas 44% dos beneficiários do escalão A de ação social escolar transitaram para o ensino superior, o que significa que mais de metade não prosseguiu os estudos.

Os autores recomendam, por isso, medidas particularmente focadas nos alunos do escalão A e sublinham a importância das bolsas que, no ensino superior, têm um impacto significativo na probabilidade de um estudante abandonar os estudos até ao final do primeiro ano, sempre inferior em comparação com os não bolseiros.



Traficante de sonhos
António Brito Guterres

Serviço Militar Obrigatório?
Não.

Não sei se tenho leitores assíduos, mas caso tenha e for um deles, endereço já as minhas desculpas pela escolha de um título tão afirmativo para esta crónica, se não mesmo panfletário. Faço-o porque nestes últimos tempos, quando nos apareceu o impensável, e para que não haja dúvidas: o inesperado, o adventício ou o extemporâneo; fintamo-lo de soslaio e seguimos com a vida, e quando demos por nós, ele já estava instalado.

É o que temos assistido na vida social do país, pronto para retrocessos e revanchismos, que não vão certamente ficar por aqui. Assim, dou-me ao direito e ao dever de deixar a cerimónia de lado.

Acabámos de sair de uma campanha eleitoral. Apesar de sermos há dois anos bombardeados com painéis mediáticos a toda a hora sobre dois conflitos internacionais, não fomos capazes de debater minimamente a política internacional no seio da campanha.

No pós-eleições, o assunto entrou-nos porta adentro pelo lado mais patrioteiro: a reintrodução do Serviço Militar Obrigatório (SMO), com o argumento exacto daquilo que não foi discutido na campanha: temos uma guerra na Europa, não estamos a cumprir com as nossas obrigações com a NATO, precisamos de alargar o recrutamento.

Não começou esta semana. Ainda antes das eleições, apareceu na imprensa um par de textos a sugerir a reintrodução do SMO. Foi só sentir a inclinação dos tempos para um conjunto de altas patentes das forças armadas virem a público afirmá-lo.

A descontinuidade do SMO faz parte de uma evolução histórica. Portugal teve uma guerra colonial onde morreram 10 mil dos seus soldados e outros 20 mil ficaram inválidos, para além dos 100 mil mortos entre as populações que lutaram pela sua libertação.

O 25 de Abril, promovido por militares, acabou com a guerra, mas ainda fez depender o regime político durante alguns anos da presença militar na vida civil. Até que, em democracia consolidada e com Portugal num papel secundário na geoestratégia mundial, 30 anos depois do 25 de Abril, em 2004, se terminou com o SMO.

Entretanto, não tanto dos militares, mas a partir de políticos, surgiu uma segunda vaga argumentativa a favor do SMO. Dizem-nos que o serviço pode ser um espaço de formação de cidadania, de personalidade ou, como ouvi defender José Ribeiro e Castro – militante e ex-líder do CDS, o mesmo partido do actual Ministro da Defesa – pode ser um espaço importante de coesão social do país, permitindo o encontro entre portugueses de vários estratos sociais.

Eu ainda sou do tempo do SMO e lembro-me bem como funcionava. No caso de frequentarmos o ensino superior, poderíamos adiar a incorporação até entrar na reserva territorial, o que significa que eram os menos privilegiados que acabavam por ter a obrigação inadiável de ir para as forças armadas. Depois há que somar todo um conjunto de esquemas, favores e cunhas que existiam para não obstar a progressão de carreira civil de um conjunto de filhos de doutores.

Não deixa por isso de ser interessante, e um retrato do país que temos, que o *advocacy* para a reintrodução do SMO seja feita exclusivamente por homens, que têm a certeza de que os seus filhos e netos não vão patrocinar tal medida.

certeza de que os seus filhos e netos não vão patrocinar tal medida. Os mesmos homens das forças políticas que são contra as aulas de cidadania, mas a favor da obrigação de uma cidadania militar.

Seremos uma comunidade falhada quanto mais precisarmos de um SMO para incutir cidadania e coesão nos membros da nossa sociedade, ou mesmo para formar os nossos jovens e para os impedir de emigrarem.

Bastar-me-ia o meu antimilitarismo ou pacifismo convicto para escrever estas linhas, mas mesmo no campo da política real é uma medida sem sentido.

O movimento por um SMO ocorre essencialmente em países europeus fronteirais com a guerra. Estamos mais distantes da Ucrânia e da Rússia do que do conflito do Sahel ou do Sahara Ocidental. No que respeita ao compromisso com a NATO de atribuirmos 2 % do PIB a despesas militares, estamos à frente de países com a dimensão da Turquia, Canadá, Itália ou Espanha.

As Forças Armadas portuguesas servem basicamente para controlo de fronteira, essencialmente marítima e aérea, e para agregar forças com outros parceiros para missões internacionais, desígnios que nem vêm a debate público. Desengane-se quem acha que servem para uma defesa massiva da integralidade territorial do país, porque nem do país vizinho seríamos capazes de impedir uma invasão, quanto mais de uma grande potência mundial.

Se querem mais voluntários para as forças armadas, façam-nas atractivas. Aumentem os salários das suas carreiras e não as façam um corpo de mão-de-obra barata para justificar o excesso de generais que temos.

Há 115 conflitos armados actualmente no mundo. Não me convencem com o argumento vigente desde o pós-guerra de que o aumento de armamento e recursos militares é dissuasor de guerras. O caminho para a paz não se faz com mais instrumentos para a guerra entre os povos.

“
Não deixa por isso de ser interessante, e um retrato do país que temos, que o *advocacy* para a reintrodução do SMO seja feita exclusivamente por homens, que têm a certeza de que os seus filhos e netos não vão patrocinar tal medida.

Investigador

100% ÚTIL
Men's Health

MANTENHA-SE EM FORMA!



ASSINE A MEN'S HEALTH
PAPEL+DIGITAL
POR APENAS 43,20€
29,90 € / 12 EDIÇÕES

LIGUE 219249999



A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA E A VERSÃO DIGITAL. VALORES COM IVA INCLUIDO.
CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 30 DE ABRIL DE 2024. NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR.
VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: ASSINATURAS.QUIOSQUEM.PT |
APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).



menshealth.pt

● BREVES

CM de Lisboa demite fiscais condenados por corrupção

A Câmara de Lisboa, presidida pelo social-democrata Carlos Moedas, demitiu dois fiscais municipais de obras, condenados em tribunal em outubro do ano passado, pela prática de crimes de corrupção. A decisão foi tomada na quarta-feira, em reunião privada do executivo, composto por 17 vereadores, por unanimidade, disse ontem à Lusa fonte da autarquia. Em maio de 2022, a Polícia Judiciária anunciou a detenção de dois funcionários da Divisão de Fiscalização da Câmara Municipal de Lisboa e um cidadão proprietário de uma obra em curso na cidade, por suspeitas de corrupção, tendo recolhido “prova relevante” e apreendido “elevadas quantias” de dinheiro. De acordo com as propostas de demissão dos dois fiscais aprovadas na quarta-feira na reunião do executivo, um dos trabalhadores foi condenado a uma pena única de cinco anos de prisão, suspensa na sua execução pelo mesmo período, pela prática, em autoria, de seis crimes de corrupção passiva e de seis crimes de corrupção passiva, em coautoria. Quanto ao outro funcionário, foi condenado a uma pena única de quatro anos e nove meses de prisão, suspensa na sua execução pelo mesmo período, pela prática de seis crimes de corrupção passiva.

Militares da GNR vão a julgamento por não passarem uma multa

Dois militares da GNR da Feira, no distrito de Aveiro, vão ser julgados por alegadamente não terem passado uma multa de trânsito a pedido de um colega, segundo uma decisão judicial consultada ontem pela Lusa. Um acórdão do Tribunal da Relação do Porto (TRP), datado de 28 de fevereiro, negou provimento ao recurso do Ministério Público (MP) e manteve a decisão do Tribunal de Instrução Criminal da Feira que pronunciou os arguidos para julgamento pela prática de um crime de abuso de poder e o outro de falsificação de documento agravado. Os dois militares incorrem ainda na pena acessória de proibição do exercício de função. Além do crime de falsificação de documento, o MP tinha acusado os arguidos de um crime de denegação de justiça, mas o juiz de instrução criminal entendeu que a conduta que lhes era imputada integrava um tipo legal de crime diferente do qual vinham acusados. Os factos ocorreram no dia 13 de novembro de 2020.

**Na Ponta do Bisturi
Eduardo Barroso****A propósito de cancros**

Dois acontecimentos ligados a cancros foram motivo de grande interesse na imprensa portuguesa. Um deles, aliás na imprensa mundial. Falo obviamente da comunicação ao mundo, feito pela própria, de que a princesa Kate tinha um cancro. Fê-lo sentada num banco de jardim, com um ar frágil, de uma forma comovente. Com essa comunicação pretendeu explicar a sua ausência da vida pública nas últimas semanas, e acabar com varias especulações. Admitamos que não mentiu, limitando-se a omitir informação mais pormenorizada. Foi clara e objectiva. Disse ter feito poucos meses antes uma grande operação abdominal, a uma doença que nessa altura se pensava não ser maligna, mas que infelizmente depois da análise histológica da peça operatória, afinal tinha cancro. Nos dias de hoje é muito raro colocar-se uma indicação cirúrgica sem saber previamente se estamos perante uma lesão maligna. E a haver essa dúvida é possível durante a intervenção, enviar biópsias intra-operatórias ao laboratório de anatomia patológica, aquilo a que chamamos exame extemporâneo, e obter nessa altura informação mais precisa. Ora mesmo esses exames, eventualmente realizados voltaram a não confirmar a existência de cancro, sendo este apenas confirmado na análise de tudo o que foi tirado, depois de examinada toda a peça operatória. A princesa Kate não quis dizer a origem do tumor, esteve no seu direito, mas quanto a mim fez mal. Deu aso a uma enorme especulação, sendo que a maior é que não o quis dizer porque o prognóstico desse tipo de tumor é muito mau. Limitou-se a dizer que ia fazer quimioterapia adjuvante, mas chamando-lhe preventiva, dando a entender não haver ainda metástases. Ninguém faz quimioterapia antes de se saber que já tem um cancro, o que acontece é que, consoante o estágio do

tumor e a sua origem, mandam as boas práticas médicas, as chamadas “*guidelines*”, complementar o acto cirúrgico com quimioterapia. A ser verdade tudo o que foi dito e omitido, na minha modesta opinião, a doente foi operada e fez uma extensa ressecção do cólon por doença inflamatória intestinal (colite ulcerosa?), provavelmente com várias biópsias pré-operatórias sem tumor, e só no estudo exaustivo do intestino retirado se confirmou haver focos de tumor maligno, com um estágio que implicava fazer quimioterapia adjuvante. Especulo? Faço-o baseado em décadas de experiência, partindo do princípio de que foi dita a verdade dos factos. E porque não foi emitido um relatório clínico? Porque tinha de ser assinado pelos cirurgiões implicados e logo se saberia pela especialidade dos mesmos que órgão tinha sido implicado. Se fossem cirurgiões ginecológicos ou abdominais, e mesmo dentro destes qual era a sua sub-especialidade. Ter dito que sofria de

cancro é muito vago, existem cancros mais fáceis de transformar em doença crónica e de melhor prognóstico, e outros consoante a origem mais difíceis de controlar. Será que foi por isso que não se foi mais longe na informação? Espero que não, e que esta jovem de 42 anos possa acompanhar e ver crescer os seus filhos e vir a ser ainda Rainha de Inglaterra.

Em relação às notícias de que em Portugal foram encerrados alguns locais onde se tratava cirurgicamente cancro da mama, por não atingirem números que possam garantir qualidade desse tratamento, tenho uma opinião clara. O tratamento do cancro da mama, como de muitos outros cancros, não é apenas cirúrgico, implica equipas multidisciplinares que em conjunto definem uma estratégia global de tratamento, sendo que a cirurgia aparece por vezes no início, e muitas vezes é precedida de outros tratamentos, na maior parte a chamada quimioterapia neo-adjuvante (feita antes da cirurgia). A própria cirurgia do cancro da mama pode ser muito diversa, desde logo na quantidade de mama a extirpar, mais ou menos conservadora, com ou sem apoio imediato de cirurgia plástica, e podendo ou não implicar esvaziamentos dos gânglios linfáticos da axila, consoante informação do chamado gânglio sentinela com o apoio da medicina nuclear. Em 2022, na unidade de Barcelos fizeram-se apenas 3 tratamentos cirúrgicos de cancro da mama. Em outras unidades encerradas os números variaram entre 14 e 40. E todas tinham essas equipas multidisciplinares? E acordos com locais onde se poderiam realizar radioterapias adjuvantes? A funcionarem com protocolos acordados e pré definidos? Uma coisa é certa, para se optimizarem resultados, quer em relação à sobrevida quer em relação a aspectos estéticos, exigem-se números mínimos para tentar garantir

experiência e qualidade. Ouvir um cidadão de Barcelos indignado por ser retirada do seu hospital esta modalidade terapêutica fez-me pena. Bastava tê-lo informado da razão dessa decisão, para que ele compreendesse e apoiasse. Admito que 100 casos por ano seja eventualmente um número exagerado, para centros muito longe dos chamados Centros de Referência, não sei como se chegou a esses números, e a CNCR deveria ter sido ouvida, mas estas medidas são necessárias para salvaguardar a qualidade da medicina praticada, e a própria Ordem dos Médicos devia ter uma palavra de total e incondicional apoio. Para o tratamento de doenças raras e ou muito complexas, e nestas muitas são oncológicas, exigem-se casuísticas (números) importantes e abordagens multidisciplinares. Quer no SNS quer na oferta privada. As regras têm de ser iguais para todos, para bem dos doentes portugueses, da sua quantidade e qualidade de vida. Ao meu concidadão de Barcelos, mando um grande abraço, e digo-lhe apenas que a pergunta que lhe fizeram não foi bom jornalismo. Saber ele que no seu hospital tinham sido apenas tratados 3 doentes em 2022? Um desafio às nossas televisões. Tirem-se uns minutos a longas e repetitivas mesas de comentário sobre política, economia ou futebol. Faça-se uma mesa redonda sobre a necessidade da existência de Centros de Referência para tratamento das doenças raras e/ou complexas em Portugal. Um serviço público necessário, sem preconceitos ideológicos ou partidários, apenas para que os portugueses possam compreender e saber melhor onde devem ser tratados. E perceber que, para bem deles, nem tudo pode e deve ser tratado à porta de casa.

Cirurgião.

Escreve com a antiga ortografia

“

Uma coisa é certa, para se optimizarem resultados, quer em relação à sobrevida quer em relação a aspectos estéticos, exigem-se números mínimos para tentar garantir experiência e qualidade.



Opinião Anselmo Borges

O Deus solidário com as vítimas

Comunidades cristãs vivas estão assentes em três núcleos ou pilares, que se interpenetram e exigem mutuamente.

Evidentemente, tudo se baseia na fé em Jesus Cristo e no seu Evangelho – Deus é bom, Pai e Mãe – como determinantes na vida e na morte e a celebração fraterna e bela dessa fé.

O outro núcleo é o da prática da justiça e do amor, o do combate lúcido e eficaz pela dignidade livre de todos os homens e mulheres, a começar pelos mais pobres, pelos humilhados e excluídos, no seguimento de Jesus, do que Ele fez e como fez. Não há religião verdadeira sem justiça e solidariedade. Mas isto implica que a justiça e o respeito pelos direitos humanos têm de começar pelo interior da própria Igreja. Na Igreja, Jesus queria mais do que uma democracia, pois o que Ele propunha era uma filadélfia, isto é, comunidades de amigos e irmãos (lê-se no Evangelho de S. João: “Já não vos chamo servos, mas amigos”).

O terceiro núcleo, que pode ser o primeiro, é o da pastoral da pergunta, da interrogação, e tem a ver com dar razões da dúvida e razões da fé e da esperança. Lá está a Primeira Carta de São Pedro, capítulo 3, versículo 15: “No íntimo do vosso coração, confessai Cristo como Senhor, sempre dispostos a dar a razão da vossa esperança a todo aquele que vo-la peça.” Isto significa que a fé não pode encerrar-se nas muralhas de um dogmatismo fixo e morto, tem de abrir-se ao diálogo e à razão crítica.

Esta abertura e este diálogo são tanto mais urgentes quanto os fundamentalismos (muçulmano, católico, protestante, das seitas) se tornam um desafio e perigo maiores. Não se pode esquecer que na religião, como se constata ao longo da História, há do melhor e do pior e, por vezes, em nome de Deus, o ridículo andou à solta e anunciaram-se e praticaram-se autênticas barbaridades, que tornaram a vida das pessoas minorizada, desgraçada, infeliz. Houve um número incontável de pessoas para quem teria sido preferível não terem encontrado a religião na sua vida.

A fé verdadeira não tem medo da razão autónoma, pois sabe que a razão, levada até aos limites das suas possibilidades, se acende na noite e também sabe que só um ho-

mem e mulher livres podem dizer sim ao Mistério. Para tentar balbuciar este Mistério, é necessário entrar em diálogo com todas as ciências, com todas as filosofias, com todas as religiões. Nestes tempos de penúria e de noite, como disseram Hölderlin e Heidegger, nestes tempos de niilismo, é tarefa decisiva da Igreja não deixar obturar a interrogação originária que nos faz homens e mulheres livres. É necessário manter acesa a pergunta radical e inconstruível, que é o sinal de que o Homem transcende o dado e de que não pode ser encerrado num positivismo crasso e obtuso.

E permita-se-me concretizar.

Uma das situações em que o ser humano é confrontado com o limite é o caso do perdão do algoz por parte das vítimas mortas, como se torna palpável na história contada por Simon Wiesenthal numa obra sobre Auschwitz. Como contou o teólogo Jürgen Moltmann, o judeu Wiesenthal era prisioneiro num campo de concentração e foi chamado ao leito de morte de um chefe nazi, que lhe queria confessar a ele, o judeu, que tinha participado nos fuzilamentos em massa de judeus na Ucrânia. Queria pedir-lhe perdão, para poder morrer em paz. Simon Wiesenthal disse-lhe que podia ouvir a confissão do assassino, mas que não podia perdoar-lhe, pois “nenhum vivo pode perdoar em nome dos mortos aos seus assassinos”. Não pode fazê-lo, porque não tem o direito nem o poder para isso. E Wiesenthal ficou tão abalado com esta impossibilidade de perdoar que escreveu a muitos filósofos e teólogos europeus a contar-lhes a sua história, que publicou juntamente com as respostas num livro com o título: *Die Sonnenblume* (O girassol).

A razão, se não quiser sucumbir à parcialidade, isto é, se quiser ser verdadeiramente universal, não pode não ser “razão anamnética”, isto é, tem de deixar-se iluminar pela memória das vítimas. E é imprescindível a memória para que as tragédias acontecidas não voltem a acontecer... Por outro lado, quem fará justiça às vítimas, também para que os algozes possam reconciliar-se e encontrar a paz?

O religioso autêntico, o místico, é aquele que caminha com Deus e para Deus, mas sem abandonar a noite. Ele não se distingue do crente e do descrente, que simulta-



“

O judeu Wiesenthal era prisioneiro num campo de concentração e foi chamado ao leito de morte de um chefe nazi, que lhe queria confessar a ele, o judeu, que tinha participado nos fuzilamentos em massa de judeus na Ucrânia. Queria pedir-lhe perdão, para poder morrer em paz. Simon Wiesenthal disse-lhe que podia ouvir a confissão do assassino, mas que não podia perdoar-lhe, pois “nenhum vivo pode perdoar em nome dos mortos aos seus assassinos”.

neamente somos com dor e sofrimento, por já ter sido subtraído à noite na qual todos os mortais vivemos submersos. “Distingue-se por ter avançado na noite o suficiente para que a noite seja para ele ‘amável como a alvorada’, outra forma de luz”, como escreveu o teólogo Juan Martín Velasco. Para muitos, em nenhum lugar da História esta experiência mística em que culmina a experiência de Deus foi tão radical como na cruz de Cristo, onde, segundo a fé cristã, “Deus se revela de forma definitiva e por isso insuperavelmente obscura”. Aí, precisamente na dor insuportável da sua ausência, nessa noite de trevas, Deus está infinitamente presente, escutando aquela oração simultaneamente desesperada e confiante, que atravessa os tempos: “Meu Deus, meu Deus, porque é que me abandonaste? Pai, perdoa-lhes, por que não sabem o que fazem”.

Os cristãos ousam acreditar que Deus ressuscitou de entre os mortos esse Crucificado, que o foi por blasfémia e sublevação do povo oprimido político-religiosamente. NEle, Deus revelou-se solidário para sempre com todas as vítimas.

Padre e professor de Filosofia.
Escreve de acordo com a antiga ortografia



Um grupo de rapazes carrega um saco cheio de plástico que recolheram entre os destroços na cidade de Rafah.

Refém morta por disparos de Israel

Um helicóptero da Força Aérea israelita “muito provavelmente” matou a refém Efrat Katz num ataque contra um veículo conduzido por combatentes do Hamas durante o ataque de 7 de outubro, informou ontem o exército, que publicou as conclusões de uma investigação. Efrat Katz, de 68 anos, foi sequestrada no kibutz Nir Oz a 7 de outubro e morreu no mesmo dia. A investigação revelou que um helicóptero de combate “disparou contra um veículo no qual havia terroristas e, segundo relatos, em que também havia reféns”, declarou o exército. “Trata-se de um acontecimento trágico e infeliz que foi produzido no meio dos combates e no contexto de incerteza”, declarou o chefe das Forças Armadas, Tomer Bar. O exército disse que o erro aconteceu porque os sistemas de vigilância não foram capazes de distinguir os reféns dos sequestradores.

Israel promete abrir rotas de ajuda, mas EUA querem ver resultados

GUERRA Exército assumiu que a morte dos sete funcionários da World Central Kitchen deveu-se a um erro dos militares, ao acreditarem que seguiam nos veículos homens armados do Hamas.

TEXTO ANA MEIRELES

O secretário de Estado norte-americano garantiu ontem que Washington quer ver “resultados” que mostrem que está a chegar mais ajuda aos habitantes de Gaza. Israel anunciou que vai permitir entregas “temporárias” de ajuda ao norte da Faixa de Gaza, ameaçado pela fome, uma resposta ao aviso feito horas antes pelo presidente Joe Biden, numa conversa telefónica com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, de que os Estados Unidos mudariam o seu apoio a Telavive caso não fosse garantida a proteção aos civis. “Saúdamos as medidas iniciadas por Israel”, afirmou Antony Blinken. “Estes são desenvolvimentos positivos, mas o verdadeiro teste são os resultados e é isso que esperamos ver nos próximos dias e nas próximas semanas”.

Blinken avisou que os Estados Unidos estão atentos para ver se a ajuda começa a “chegar efetivamente às pessoas que dela precisam em toda Gaza” e se os traba-

lhadores humanitários conseguem entregá-la em segurança.

O líder da diplomacia dos Estados Unidos disse ainda que Washington vai verificar o número de camiões de ajuda que entram, se eles poderão circular e se os indicadores que mostram que a população está à beira da fome melhoram.

O presidente do Conselho Europeu também mostrou algum ceticismo em relação ao anúncio de Israel de abrir temporariamente rotas de ajuda para Gaza, dizendo que este “não é suficiente”. “As crianças e bebés de Gaza estão a morrer de desnutrição. São necessários esforços substanciais e urgentes para acabar imediatamente com a fome como instrumento de guerra em Gaza”, escreveu Charles Michel no X.

Já o secretário-geral das Nações Unidas considerou que “medidas dispersas” para a ajuda a Gaza não são suficientes. “Não basta ter medidas dispersas – precisamos de uma mudança de paradigma”, disse António Guterres.

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, alertou que a reabertura temporária da entrada de ajuda humanitária em Gaza, anunciada por Israel, “não é suficiente” para evitar a fome no território palestino.

Erros e violações no caso da World Central Kitchen

Também ontem, o exército israelita admitiu uma série de erros e violações das suas regras na morte de sete trabalhadores humanitários em Gaza, dizendo que erroneamente acreditou que estava a “alvejar agentes armados do Hamas”. Os dois oficiais da brigada que ordenaram os ataques com drones – um coronel e um major – foram demitidos, e o chefe do Comando Sul repreendido.

As vítimas – um australiano, três britânicos, um americano-canadiano, um palestino e um polaco – foram mortas na noite de segunda-feira em três ataques de quatro minutos por um drone israelita enquanto corriam para salvar suas vidas entre os três veículos onde seguiam.

A World Central Kitchen, ONG com sede nos Estados Unidos para a qual trabalhavam, exigiu um inquérito independente, e a Polónia apelou a uma investigação “criminal” após o anúncio do exército.

A equipa dos drones que matou os trabalhadores humanitários cometeu um “erro de julgamento operacional da situação” depois de avistar um suposto atirador do Hamas a disparar do topo de um camião que os sete escoltavam, de acordo com os resultados do inquérito. Embora os tejadilhos dos três veículos dos trabalhadores humanitários estivessem estampados com logótipos da WCK, o general aposentado Yoav Har-Even, que lidera a investigação, explicou que a câmara do drone não conseguia vê-los no escuro. “Este foi um fator chave na cadeia de eventos”, disse.

Har-Even admitiu ainda que “os três ataques aéreos violaram os procedimentos operacionais padrão”, mas argumentou que “o estado de espírito” dos comandantes israelitas “era que eles estavam a atacar veículos que haviam sido apreendidos pelo Hamas” depois de pensarem que um passageiro carregava uma arma em vez de uma bolsa. “Um dos comandantes presumiu erroneamente que os homens armados estavam dentro dos veículos e eram terroristas do Hamas”, afirmou.

Este responsável adiantou também que a World Central Kitchen havia fornecido as informações necessárias deste transporte, mas elas não foram partilhadas. “O maior erro foi que [a equipa do drone] não tinha o plano de coordenação”, disse Har-Even. “A crença deles era que os veículos eram do Hamas, com base em erros de julgamento e classificação operacional”.

ana.meireles@dn.pt

PNV e Bildu empatados no arranque da campanha

PAÍS BASCO Dois maiores partidos vão a votos com caras novas. PNV deve manter-se no poder, pois socialistas recusam acordo com o Bildu.

TEXTO ANA MEIRELES

O País Basco está desde ontem oficialmente em campanha para as eleições de dia 21 e num cenário em que, pela primeira vez, os independentistas do EH Bildu se encontram a disputar a vitória com o Partido Nacionalista Vasco (PNV), com a maioria das sondagens a darem um empate técnico entre as duas forças políticas.

Estas eleições trazem também caras novas ao debate político – Imanol Pradales pelo PNV e Pello Otxandiano pelo Bildu – depois de Iñigo Urkullu, o atual *lehendakari*, ver o seu partido, o PNV, impedi-lo de se apresentar novamente a votos para um quarto mandato e Arnaldo Otegi, coordenador-geral do EH Bildu, ter confirmado que não seria candidato à liderança do governo do País Basco.

Esta sexta-feira, Pradales apelou à continuidade, alertando que, no próximo dia 21, os eleitores terão de escolher “entre dois modelos” e “entre um modelo melhor e pior” para o País Basco, pois o “atual bem-estar” da região está em jogo. “Se queremos um futuro melhor há que eleger a experiência, a estabilidade, a confiança”, disse o candidato do PNV, partido que governou o *Euskadi* entre 1980 e 2009, tendo regressado ao poder em 2012.

Otxandiano defendeu a “necessidade de renovar a política” na região, de forma a “acabar com o *status quo* que tem vigorado durante tantos anos”. “A renovação política é uma necessidade, para pôr novamente de pé a *Osakidetza* [serviço de saúde], solucionar o problema da habitação e poder instalar modelos de governação colaborativos, sem exclusões”, disse.

A generalidade das sondagens antecipa um empate técnico entre o EH Bildu e o PNV, com cada um deles a eleger, previsivelmente, entre 28 e 29 deputados, num parlamento com 75 lugares. O PNV tem hoje 31 deputados e o EH Bildu tem 21, sendo já ambos, desde 2012, os dois maiores partidos na região.

Este ano, nenhum deverá ter maioria absoluta, pelo que o cenário pós-eleitoral mais provável é, neste momento, a reedição da atual coligação no governo regional, que junta o PNV com os socialistas, que deverão de novo ser os terceiros mais votado.



O lehendakari Iñigo Urkullu foi preterido pelo PNV nestas eleições.

O EH Bildu propôs um acordo para que governe o partido mais votado, que os socialistas já rejeitaram, só admitindo a possibilidade de apoiar o PNV, apesar de as duas formações bascas terem viabilizado em Madrid os últimos dois governos de Pedro Sánchez.

Aragonès aberto a debate fora da Catalunha

O presidente da Generalitat mostrou-se ontem disponível para participar num debate fora de Espanha com os candidatos às eleições antecipadas na Catalunha de 12 de maio – Salvador Illa, do Partido Socialista da Catalunha (PSC), e Carles Puigdemont, do Junts per Catalunya. “Se Carles Puigdemont quiser fazer este debate em Perpignan (França), em Waterloo (Bélgica), ou onde seja, faremos”, disse

ontem Pere Aragonès à RAC1.

De acordo com o líder do governo candidato da ERC, um possível debate com Puigdemont e Illa servirá para “falar de propostas de futuro para a Catalunha” e de como cada um dos três partidos poderá servir melhor os catalães. Aragonès referiu ainda que, se o candidato do PSC não se mostrar interessado num debate fora da Catalunha, fará um frente-a-frente com Puigdemont.

De recordar que o candidato do Junts se encontra exilado na Bélgica para fugir à justiça espanhola desde o referendo independentista de 2017, podendo ser detido caso regresse a Espanha. Um risco que admitiu estar disposto a correr caso vença as eleições para a Generalitat (que já liderou entre janeiro de 2016 e outubro de 2017).

ana.meireles@dn.pt

Rússia avança em Donetsk e sofre perdas de aviação

GUERRA Aldeia tomada e vila que serve de base logística sob pressão. Drones ucranianos terão destruído número sem precedentes de aviões.

As forças invasoras continuam a progredir na Ucrânia, face à carência de munições e de artilharia. Na sexta-feira, Moscovo reivindicou a tomada de um povoado, Vodiane, nos arredores da cidade de Donetsk, enquanto as autoridades ucranianas avisaram para a possível queda de Chasiv Yar, uma vila destruída mas que funciona como importante base logística do exército de Kiev. Em solo russo, os serviços militares ucranianos dizem ter atingido mais de uma dúzia de aviões da força aérea de Moscovo.

Chasiv Yar, a poucos quilómetros a oeste de Bakhmut, e ainda com mais de 700 moradores, parece ser o próximo alvo dos russos, com relatos de que as suas tropas estão a chegar aos arredores. Durante uma visita em que inspecionou as fortificações militares em cons-

trução na região de Chernihiv (norte), o presidente Volodymyr Zelensky preferiu destacar que as suas forças “conseguiram estabilizar posições” e travaram os avanços russos, apesar da “escassez de projéteis e de um abrandamento significativo dos abastecimentos”.

Segundo Moscovo, Kiev atacou posições em território russo com mais de 50 drones. Segundo fontes militares ucranianas, foram atingidas quatro bases aéreas. Na região de Rostov, o aeródromo militar de Morozovsk terá sido palco da destruição de seis aeronaves e danos significativos noutras oito. Em Engels-2, na região de Saratov, os ucranianos alegam ter destruído três bombardeiros estratégicos e em Yeysk, em Krasnodar, dois aviões de caça atingidos. Sobre o quarto alvo, em Kursk, não há informações. **C.A.**

Ucrânia no centro das presidenciais da Eslováquia

ELEIÇÃO Ivan Korcok, um antigo diplomata pró-Occidente, e Peter Pellegrini, apoiado pelos populistas no poder, disputam hoje a segunda volta.

O antigo diplomata pró-Occidente Ivan Korcok e o cético da Ucrânia apoiado pelos populistas no poder Peter Pellegrini enfrentam-se hoje na segunda volta das eleições presidenciais da Eslováquia, onde ficará decidido quem substituirá a presidente liberal cessante, Zuzana Čaputová.

As últimas sondagens mostram que os dois candidatos estão praticamente empatados. Pellegrini, o presidente do Parlamento de 48 anos, é creditado com 51% das intenções de voto e Korcok, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e embaixador de 60 anos, com 49%, de acordo com uma sondagem da NMS.

A guerra da Rússia na Ucrânia, agora no seu terceiro ano, tornou-se uma questão fundamental e que ocupou um

espaço vital na campanha. O primeiro-ministro populista Robert Fico – um aliado de Pellegrini – questionou a soberania da Ucrânia e apelou à paz com a Rússia. Já Korcok, um diplomata de carreira de 59 anos e crítico veemente do governo apoiado pela oposição, é firmemente pró-Kiev.

“Se Korcok for eleito, a Eslováquia manterá uma atitude crítica em relação à Rússia, posições pró-europeias e apoio à Ucrânia”, referiu à AFP o presidente do Institute for Public Affairs da Eslováquia, Grigorij Meseznikov. Pellegrini, por sua vez, “apoiará o afrouxamento dos nossos laços com os nossos aliados e parceiros na NATO e na UE, um apoio mais fraco à Ucrânia e uma inclinação para a Rússia”, prosseguiu.

DN/AFP

O atentado que fez eclodir cem dias de febre genocida

RUANDA Faz hoje 30 anos que o líder ruandês foi morto, prelúdio para uma carnificina tendo como base a etnia. Os tutsis, principais vítimas, acabaram no poder.

TEXTO CÉSAR AVO



PASCAL GUYOT/AFP

Militares franceses da Operação Turquesa passam junto de uma milícia de hutus, em junho de 1994.

Não há dúvidas de que o ataque realizado com mísseis no dia 6 de abril de 1994 ao Falcon que se preparava para aterrar em Kigali, capital ruandesa, desencadeou uma das páginas mais sombrias da história do século XX – e houve muitas. A dúvida que permanece 30 anos depois, mas que ninguém parece interessado em dissipar, é quem foi o autor moral dos disparos que mataram o presidente ruandês Juvénal Habyarimana e o seu homólogo do Burundi Cyprien Ntaryamira, ambos hutus. Paul Kagame, o homem que na sequência do atentado se insurgiu com sucesso contra a chacina levada a cabo por extremistas hutus e pela milícia Interahamwe, lutava há anos contra o governo ruandês e hoje é um líder sem margem para contestação.

No domingo, na presença de dignitários de vários países, Kagame, de 66 anos, vai presidir à cerimónia no Memorial do Genocídio de Kigali, local onde se estima estarem enterradas mais de 250 mil pessoas, homens, mulheres e crianças vítimas de um ódio cego acirrado por

propaganda em emissões de rádio e TV e que levou à morte por armas de fogo, mas também com catanas, a arma das milícias, num total calculado em 800 mil pessoas. Além disso, a violação foi uma arma usada contra as mulheres tutsis: as estimativas mais baixas apontam para cem mil vítimas (ONU), as mais elevadas para meio milhão (Human Rights Watch, HRW), parte delas vítimas de mutilações.

A cerimónia, intitulada Kwibuka 30, marca o início de uma semana de luto nacional, durante a qual a música, eventos desportivos e filmes estão proibidos em locais públicos, na rádio e na TV. Fotografias da capital mostram residentes a pintarem portões e cercas de cores escuras. Quem não estará presente é Emmanuel Macron, embora em representação de França esteja o ministro dos Negócios Estrangeiros, Stéphane Séjourné. O presidente francês, em mensagem de vídeo a publicar no domingo, reconhece que a França e os seus aliados “poderiam ter impedido” o genocídio de 1994, mas não tiveram a vontade de fazê-lo. Segundo um funcionário

800

Mil É o número de mortos que as Nações Unidas estimam em resultado de cem dias de chacina, a maioria das quais tutsis.

1

Milhão Em fuga, com medo de represálias, hutus estabeleceram-se em campos de refugiados no leste do Congo, onde ao longo de anos foram atacados, primeiro pelas forças ruandesas, depois por milícias.

2

Milhões Pessoas que passaram por tribunais comunitários, nos quais os agressores enfrentavam vítimas e familiares. Para promover a reconciliação muitos foram perdoados.

O país usou tribunais comunitários para confrontar agressores e vítimas como ferramenta para a reconciliação. Em paralelo, atacou os refugiados hutus no leste do Congo.

do Eliseu citado pela AFP, Macron vai dizer que “quando a fase de extermínio total contra os tutsis começou, a comunidade internacional tinha os meios para saber e atuar”. Numa visita ao Ruanda em 2021, reconheceu as “responsabilidades” francesas. Nesse mesmo ano, um relatório encabeçado pelo historiador Vincent Duclert concluiu ter havido um “fracasso” por parte de França durante a presidência de François Mitterrand, mas por outro lado sublinhou não haver provas de cumplicidade de Paris.

A Operação Turquesa, liderada pelos militares franceses sob mandato da ONU, é acusada de ter protegido o regime genocida hutu e de ter hostilizado a Frente Patriótica Ruandesa de Kagame, que viria a tomar a capital e o poder ao fim de cem dias de carnificina. Também há quem aponte para a operação francesa como responsável pelo insucesso da UNAMIR, missão de paz das Nações Unidas, que havia sido estabelecida meses antes, e cujo comandante, o canadiano Romeo Dallaire, avisou em janeiro a sede das Nações Unidas sobre os preparativos dos extremistas hutus, mas foi ignorado.

Se as responsabilidades dos países e dos líderes continuam por apurar, alguns dos envolvidos diretamente no genocídio continuam fugidos à justiça. A HRW chamou a atenção para a urgência do tema, quando há suspeitos a morrerem ou a serem declarados incapazes de ir a julgamento devido à sua debilidade.

cesar.avo@dn.pt

Paul Kagame, herói e vilão

Antes do genocídio de 1994, o Ruanda já vivera situações de conflito interétnico. Em 1959, os hutus revoltaram-se contra a potência colonial, a Bélgica, e contra os tutsis que, apesar de menos numerosos, faziam parte da elite. Tutsis, os pais de Paul Kagame, levaram-no com dois anos para o Uganda, onde cresceu nos campos de refugiados. Em 1979 junta-se aos rebeldes liderados por Yoweri Museveni para derrubarem pela força o ditador Idi Amin, o que aconteceu em 1986, ano em que ascendeu a chefe dos serviços secretos militares e em que recebeu formação militar em Havana. Quatro anos depois recebeu treino no Kansas. Ao regressar, tomou conta da Frente Patriótica Ruandesa e invadiu o país natal, obrigando o governo a assinar acordos de paz e à entrada de uma força da ONU. Com o assassinio do presidente Juvénal Habyarimana, Kagame lutou contra as forças governamentais e milícias hutus, tendo ficado como o herói que estancou o genocídio. Ninguém sabe qual o seu papel na morte do líder, mas já como vice-presidente admitiu ter planeado derrubar o zaireense Mobutu. No leste da agora RDC, as suas forças e milícias como a M23 perseguiram e mataram milhares de hutus.

Com mão de ferro, o militar transformado em presidente eliminou qualquer concorrência no país e prepara-se para renovar o mandato em julho com mais uma vitória esmagadora.



Paul Kagame
Presidente do Ruanda



Opinião Marco Serronha

O serviço militar obrigatório: um tabu? Uma necessidade? O debate necessário

Com a guerra da Ucrânia, e identificadas as vulnerabilidades de quase todos os países europeus em termos de capacidades de defesa, voltou-se a falar do regresso dos sistemas de conscrição, em termos de prestação de serviço militar, aquilo a que vulgarmente chamamos o Serviço Militar Obrigatório (SMO). As vulnerabilidades dos sistemas militares dos países europeus são essencialmente de três naturezas distintas: de recursos humanos; de equipamentos e armamentos militares (onde se incluem as munições); e da capacidade de produção de sistemas e plataformas de combate e da sua sustentação, através das designadas indústrias de defesa. Estas dificuldades, que não são novas e têm degradado os sistemas de forças em tempo de paz, são altamente condicionantes se tivermos de passar a uma situação de Crise ou de Guerra, não havendo, de um modo geral, a capacidade de mobilização adequada de recursos adicionais, sejam humanos, seja de armamentos, equipamentos diversos e munições, para se crescer para um sistema de forças militares de tempo de guerra.

Mas centremo-nos no tema dos recursos humanos para as Forças Armadas, problema que tem diversas vertentes que importam focar. Como nos recordamos, no caso português, o serviço de conscrição foi descontinuado em 2004, para um serviço de voluntariado e de contrato que, de forma geral, não tem permitido suprir de forma adequada as necessidades do sistema de forças nacional, em especial ao nível das praças. Mas aqui, o problema não é da forma de prestação de serviço, mas sim da sua falta de atratividade, essencialmente fruto de não se ter acompanhado a evolução salarial de outras atividades concorrentes. Claro que há outras razões para a falta de adesão da juventude portuguesa, mas a principal é mesmo esta, dos salários não concorrenciais com os vencimentos dos postos e carreiras equivalentes, a título de exemplo o das Forças e Serviços de Segurança.

Outra vertente tem a ver com a capacidade de mobilização de recursos humanos numa situação de conflito ou guerra. No processo de preparação para uma escalada dum conflito para uma situação de guerra,

a mobilização é um dos problemas mais sensíveis e de resolução mais complexa. Basta vermos o que se tem passado com esta temática na guerra entre a Rússia e Ucrânia, com as dificuldades das lideranças políticas dos dois países em ativar os mecanismos de mobilização. A situação torna-se mais complexa quando o universo recrutável não tem nenhuma experiência militar anterior, como foi o caso da Ucrânia, que tinha um sistema de voluntariado e que, quando mobilizou os mais jovens, se deparou com a necessidade de lhes dar uma formação militar completa de alguns meses, o que atrasou a sua capacitação para integrar unidades operacionais, com as qualificações mínimas essenciais, o que teve impactos operacionais militares negativos.

A necessidade de, em curto espaço de tempo, fazer crescer um sistema de forças de tempo de paz para um sistema de forças de tempo de guerra, pode exigir duplicar, triplicar ou quadruplicar os efetivos em algumas categorias (quase em todas). Esta necessidade surge pela urgência de constituir novas unidades operacionais, de se fazerem rotações dentro do dispositivo militar de combate e pela necessidade de substituir militares por motivos de baixas devidas às ações de combate. A tudo isto acrescem necessidades logísticas enormes (onde se inclui o serviço de saúde militar), que exigem uma imensa necessidade de quadros e tropas, a que se alia a necessidade de ministrar formação, treino ou refrescamento, ao efetivo mobilizado.

A atual situação estratégica, no continente europeu, tem levado os responsáveis políticos e militares de quase todos os países a iniciarem a discussão de alterações ao modelo de serviço militar, seja para alterar para o modelo de conscrição, seja para expandir o modelo de conscrição que não seja universal, extensível às mulheres, como tem acontecido nalguns países, como é o caso da Dinamarca.

Outra dimensão da conscrição é a criação de requisitos de cidadania, mais esclarecida e assertiva, nas juventudes dos diversos países. Os grandes apologistas do SMO sempre defenderam esta necessidade, com base no argumento de termos os nossos jovens, homens e mulheres, mais integrados numa sociedade mais resilien-

te, mais responsáveis, com maior espírito coletivo, menos individualismo e mais cientes das suas capacidades, em suma mais preparados para a vida, que é cada vez mais exigente e difícil. Neste caso, não está em causa diretamente nenhum princípio específico duma necessidade operacional militar, real ou potencial.

Em tempo de crise, conflito ou guerra, existem necessidades de reforço de recursos humanos em diversas áreas não militares, como a chamada Defesa Civil, que incorporam necessidades de serviços de emergência, que requerem maiores ou menores competências específicas, que será necessário reforçar de forma rápida e organizada.

Vemos, assim, que uma abordagem séria e honesta a este problema da reintrodução dum serviço cívico, mais ou menos militar,

exige uma aproximação pelo lado da identificação dos problemas, naturalmente complexos, e das necessidades de recursos, que não só humanos, para emergências, sejam elas catástrofes naturais graves, crises, conflitos ou, no limite, a guerra. Só assim conseguimos perceber quais as melhores metodologias para assegurar a existência de recursos humanos qualificados para desempenharem funções essenciais ao esforço de guerra, sendo que esta será, de certeza, a situação mais exigente que ao Estado Português se pode vir a colocar e cuja probabilidade estratégica é, cada vez, mais elevada.

No domínio mais específico das necessidades militares é fundamental que a componente operacional do sistema de forças assente em militares profissionais e contratados, fruto das tecnologias empregues e da formação e treino exigentes e de longa duração. Este elemento central do sistema de forças militar, tem de ser suficientemente atrativo para os jovens portugueses, de modo a estar sempre preenchido. O problema da mobilização exige, como já vimos, uma reserva de recursos humanos mobilizável, com um mínimo de experiência militar prévia que possa, de forma rápida, dar corpo a um sistema de forças de tempo de guerra. No caso de Portugal, ao nível do Exército, existe uma reserva de mobilização de cerca de 15000 militares, o que será nitidamente insuficiente para se transitar para um sistema de forças de tempo de guerra.

Todos sabemos que estamos a falar de assuntos sérios, que afetam a soberania nacional e a capacidade de respondermos aos compromissos do Estado, perante os portugueses e os aliados. Não há tabus em democracia e o debate é obrigatório, pois as emergências estratégicas a isso obrigam os responsáveis de todos os níveis, ou seja, todos nós. As decisões políticas adequadas exigem pensamento estratégico, num processo equilibrado de necessidade, oportunidade e responsabilidade, em linha com as avaliações técnicas, estratégicas e geopolíticas mais clarividentes. Para isso é necessário identificar primeiro os problemas e, depois, arranjar as (boas) soluções.

Tenente-general



O problema da mobilização exige, como já vimos, uma reserva de recursos humanos mobilizável, com um mínimo de experiência militar prévia que possa, de forma rápida, dar corpo a um sistema de forças de tempo de guerra.

O dérbi que pode (ou não) decidir o título

ILIGA Sporting recebe hoje o Benfica com mais um ponto e menos um jogo disputado. Amorim já pode contar com Pote e exige mais agressividade aos seus jogadores do que no dérbi de terça-feira na Taça. Schmidt fala num jogo crucial para as águias e quer que a equipa melhor a eficácia, num desafio em que espera que no fim não se fale da arbitragem.

TEXTO **NUNO FERNANDES**



MÁRIO VASA / GLOBAL IMAGENS

Amorim não assina empate e deixa futuro em aberto

O Sporting recebe esta noite o Benfica em Alvalade numa posição privilegiada (está um ponto à frente, e tem menos um jogo), mas Rúben Amorim garantiu ontem que a sua equipa não vai entrar em campo a pensar que um empate serve os interesses dos leões. “Se assinava por baixo um empate antes do jogo? Não, temos de vencer. Antes do jogo claramente não assinava um empate. Com o decorrer da partida veremos qual o melhor resultado”, prometeu ontem o técnico na conferência de lançamento de mais um dérbi.

Relativamente ao jogo de terça-feira da Taça, que terminou empatado a dois golos, há uma mudança em perspetiva no onze. Isto porque Pedro Gonçalves (Pote) está recuperado. Mas há mais coisas a retificar: “De uma forma geral, a agressividade, a velocidade com que encarámos as situações, pequenos pormenores que entram no jogo. O bom é que esse jogo da Taça acabou e podemos refazer a história neste”.

O técnico leonino recusou rotular o dérbi como decisivo para as contas do título, mas admitiu que em caso de vitória “é um passo importante” nesse sentido: “É sempre importante vencer agora para ficarmos com uma vantagem de quatro pontos e mais um jogo. Os jogadores não têm de fazer contas, mas sim estar concentrados. Queremos manter a nossa posição e principalmente sermos melhores do que no último jogo. É mais claro para nós o que o Benfica vai fazer

neste jogo do que no da Taça.”

Sem abrir o jogo sobre possíveis mudanças, também revelou não esperar grandes alterações no adversário relativamente ao empate a dois golos na Taça. “Não acho que vá haver grandes surpresas. A equipa que estiver mais organizada, mais agressiva, mais concentrada, terá alguma vantagem no jogo. Mas temos de esperar. Sabemos o que temos de melhorar, usámos muito as imagens do último jogo. Preparámos muito bem este dérbi”, indicou, deixando a garantia de que não irá mudar a estratégia consoante o avançado que o Benfica irá utilizar, se Tengstedt, como na Taça, ou outro: “Não muda nada a estratégia. O grande foco é melhorar a nossa equipa.”

Rúben Amorim foi depois questionado sobre o seu futuro, numa altura em que são cada vez mais insistentes as notícias vindas de Inglaterra sobre o interesse do Liverpool. Mas ao contrário de Xabi Alonso, que já disse que vai continuar no Bayer Leverkusen na próxima época, o técnico leonino não deixou garantias. Até porque já fez uma promessa caso não se sagre campeão. “Não consigo garantir que vou continuar. O Sporting está a tratar do futuro e eu não posso decidir porque dei a minha palavra, já não posso voltar atrás no sentido em que, se não ganharmos títulos, saio. Isso foi muito claro desde início. Foi uma aposta que achei importante transmitir aos meus jogadores, portanto temos de ganhar”, apontou.



GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Schmidt quer vitória e uma arbitragem justa

Roger Schmidt está plenamente consciente da importância do dérbi desta noite para o Benfica, que em caso de derrota compromete de forma quase definitiva a possibilidade de as águias revalidarem o título.

“Se o Sporting ganhar é mais difícil para nós sermos campeões. Um empate também não torna as coisas fáceis. Mas se ganharmos, claro que é uma situação diferente. Eles estão em primeiro lugar, têm mais pontos e mais um jogo por fazer. Estão numa situação melhor”, começou por dizer ontem o técnico alemão, lembrando que “a luta pelo título é muito exigente” e que por isso este é “um jogo crucial”.

Apesar de de satisfeito com a exibição da equipa no jogo de terça-feira com os leões para a Taça de Portugal (2-2), Schmidt diz que há aspetos a melhorar. Sobre tudo um. “Temos de melhorar a nossa eficácia, podíamos ter ganho. Penso que merecíamos ganhar. Isto é futebol. Nem sempre quando és melhor consegues vencer. É preciso criar oportunidades como na terça, mas temos de aproveitá-las”, frisou.

O técnico alemão foi muito crítico com a arbitragem do jogo de terça-feira. Por isso, para esta noite, formulou um desejo: “Espero que no final ninguém fale da arbitragem. Sempre foi esse o meu objetivo e garantir que haja um jogo justo. Espero que tomem boas decisões para as duas equipas. Não ficámos contentes com a atuação do

árbitro na Taça. Todos conseguem compreender, é complicado quando sentes que tens um lance para penálti, quando há livres que não são marcados. Se fosse ao contrário, o Sporting também se queixava. É normal. Há sempre pressão para os árbitros, também são profissionais.”

Tem sido uma constante nos dérbis com o Sporting desde que o alemão treina o Benfica: nos jogos entre ambos (e já vão cinco duelos), os leões começam sempre os jogos a vencer. Uma tendência que Schmidt espera ver invertida no clássico desta noite. “Seria bom marcar primeiro. É sempre melhor marcar primeiro em qualquer jogo, também é bom dar a volta ao jogo, isso demonstra que mentalmente estávamos muito fortes. A nossa abordagem é não sofrer golos, e amanhã [hoje] temos de demonstrar que isso é um dos nossos objetivos do campeonato, ou seja, jogar um futebol de ataque”, analisou.

Roger Schmidt abordou ainda a situação de Di María, que que termina contrato no final da época, mas ainda não decidiu se vai renovar: “Ainda não tive oportunidade de falar com ele sobre a próxima época. Inicialmente a ideia dele era jogar apenas uma época no Benfica. Não faço ideia se ele já tomou uma decisão e se quer permanecer no Benfica. Está numa grande condição física, tenho imenso respeito por ele e vai comunicar a sua decisão, tomando em consideração a sua família. Aguardamos.”

Benfica com uma vitória de vantagem em Alvalade

HISTÓRIA Os rivais empataram 22 vezes nos 89 duelos para o campeonato em casa do leão. Quanto a golos, o Sporting contabiliza 127 e os encarnados somam 129.

O Sporting vai receber esta noite, pela 90.^a vez, o rival Benfica em jogos a contar para o campeonato nacional, sendo o equilíbrio é a nota dominante, uma vez que 22 jogos terminaram empatado, sendo que os leões venceram 33 partidas, enquanto o encarnados triunfaram em 34. Ou seja, a equipa da Luz tem uma ligeira vantagem, sendo que em caso de triunfo da equipa de Rúben Amorim pode ficar tudo empatado nos dérbi disputados em casa do Sporting.

Este equilíbrio tem também tradução nos golos, uma vez que os leões contabilizam um total de 127, enquanto o Benfica marcou 129 vezes. Ou seja, se esta noite o Sporting vencer por 2-0, a igualdade em número de vitórias estende-se também para os golos que cada uma das equipas marcou nos dérbi no reduto do leão, desde a primeira edição do campeonato na temporada de 1934/35.

Nos últimos três jogos realizados em Alvalade para a I Liga registaram-se os três resultados possíveis, mas a verdade é que nas últimas 10 partidas, o Sporting apenas venceu uma vez – em 2021, por 1-0, com um golo de Matheus Nunes –, enquanto o Benfica triunfou em quatro ocasiões – a última foi em 2022, por 2-0, com golos de Darwin Núñez e Gil Dias.

De resto, no total dos 90 confrontos no reduto do leão, a equipa da casa marcou em 65 jogos, tendo o Benfica faturado em 70 partidas. Ambas as equipas só conseguiram um máximo de três vitórias em anos consecutivos, enquanto o Sporting teve um máximo de oito partidas sem ganhar ao rival em sua casa (entre 10 dezembro de 2012 e 17 de janeiro de 2020), ao passo que os encarnados tem como máximo seis duelos sem uma vitória (de 23 de dezembro de 1956 a 27 de maio de 1962).

Peyroteo é rei dos golos nos dérbi em casa do Sporting

MARCADORES A antiga estrela leonina faturou por dez vezes em onze visitas do Benfica para o campeonato. Manuel Fernandes tem o recorde de golos num só jogo.

Em 89 dérbi realizados em casa do Sporting, Fernando Peyroteo foi aquele que mais vezes faturou, totalizando 10 golos nos onze duelos em que participou frente ao Benfica, seguido por Rui Jordão que contabiliza oito remates certos no velho Estádio José Alvalade, sendo que seis foram de leão ao peito e dois ao serviço das águias.

A fechar o pódio, com sete golos, surgem os sportinguistas Manuel Fernandes e Manuel Vaz, bem como os benfiquistas Estêvão e Nenê, sendo que este último foi o único que contabilizou 13 jogos, pois os outros fizeram 12. Entre os jogadores dos atuais plantéis, apenas Rafa Silva, do Benfica, tem dois golos marcados em Alvalade, onde o futebolista com mais golos marcados

num só dérbi é Manuel Fernandes, quando em 1985 fez um póquer na célebre goleada de 7-1.

No que diz respeito a *hat-tricks*, a lista contempla apenas cinco nomes, sendo Rui Jordão e José Travassos os autores da proeza ao serviço do Sporting, enquanto pelo Benfica marcaram Francisco Calado, João Vieira Pinto e Óscar Cardozo. O avançado paraguaio foi o último a fazê-lo no triunfo encarnado por 3-1 em 2012/13.

Curiosamente, há menos jogadores que bisaram, apenas quatro: Fernando Peyroteo e Liedson pelo Sporting; Alfredo Valadas e Nenê pelo Benfica. O último a marcar dois golos num dérbi foi, precisamente, Rafa Silva na época 2019/20, quando a então equipa de Bruno Lage venceu por 2-0.



MIGUEL FIGUEIREDO LOPES / PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

João Sousa condecorado por Marcelo

João Sousa foi ontem condecorado pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com o grau de Oficial da Ordem do Mérito, no Palácio de Belém, em Lisboa. Depois de 17 anos ao mais alto nível, o agora ex-tenista natural de Guimarães, de 35 anos, deu esta semana por encerrada a carreira profissional, no Estoril Open, o único torneio ATP 250 português que venceu, em 2018.

Jogo polémico acaba com o sonho de Nuno Borges

ESTORIL OPEN O tenista português ficou irritado com o juiz de cadeira na derrota com Garín. “O árbitro sabe que cometeu um erro.”

TEXTO ISAURA ALMEIDA

Nuno Borges despediu-se do Estoril Open nos quartos-de-final, ao ser eliminado por Cristian Garín num encontro marcada por uma decisão polémica do árbitro de cadeira, Christian Rask, a meio do segundo parcial.

Depois de entrar mal no jogo e perder o primeiro set (6-2), o tenista português melhorou no início do segundo parcial. Com o jogo em 3-2, o português conseguiu quebrar o serviço do chileno que lhe daria o 4-2, mas o árbitro de cadeira acabou por anular o ponto, já que alguém tinha supostamente, gritado “out” (fora) da bancada.

Borges não concordou, explicou que, mesmo que isso fosse verdade, o adversário deu seguimento à jogada e só depois respondeu para fora. Indignado, o português pediu mesmo a presença do supervisor do ATP que manteve a decisão do árbitro de cadeira, possibilitando que Garín fizesse o 3-3 e chegasse à vitória no segundo parcial, resolvido no tie break (7-6).

A decisão criou frustração no número 1 nacional e levou a uma revolta nunca antes vista nas bancadas do court Millennium. Após mais de dez minutos, o en-

contro foi retomado, mas o público manteve a revolta e o alvoroço até ao final. Poucos foram aqueles que ficaram a aplaudir o chileno, após um exuberante grito de vitória que enfureceu ainda mais os adeptos.

No final do encontro, Nuno Borges ainda não tinha processado o “momento bizarro” que tinha acontecido. “Saí de lá sem perceber qual foi o julgamento dele porque a meu ver não havia dúvidas. Tenho a certeza de que o árbitro sabe que cometeu um

erro. Acontece, mas é bom garantir que a situação fica bem resolvida e não acontece outra vez”, sublinhou o tenista português.

Nuno Borges gostaria de ter visto algum *fair play* do adversário: “Ele podia ter dito para repetirmos o ponto porque seria a coisa certa a fazer, mas não o posso culpar. Talvez tivesse feito o mesmo, não sei o que teria feito no lugar dele. Ainda estou a processar tudo o que se passou. A culpa foi do árbitro, na verdade. Mesmo que o Garín tivesse dito que queria repetir o ponto, o árbitro podia dizer que mantinha a decisão. Nem o supervisor foi capaz de lhe trazer esclarecimento.”

Garín explicou que ouviu alguém a dizer “bola fora” e pensou que o ponto estava parado: “Não sabia se iam repetir ou dar-me o ponto. A atmosfera foi uma loucura e estou muito orgulhoso pela forma como li dei com isso. Mantive-me muito concentrado e foi muito bom para mim.”

Apesar da derrota Nuno Borges está no 18.º lugar da ATP Race, que junta os melhores tenistas do ano, e promete “trabalhar muito mais” para dar seguimento àquela que é a melhor época da carreira.

isaura.almeida@dn.pt

Nuno Borges está no 18.º lugar da ATP Race, que junta os melhores tenistas do ano, e promete “trabalhar muito mais” para dar seguimento àquela que é a sua melhor época da carreira.



Imagem do filme *A Propósito de Susan Sontag*: “Não gosto de agendas partidárias.”

Contra a monotonia intelectual

LIVRO A obra de Susan Sontag continua a ter uma presença significativa no mercado português. Agora surgiu *Sobre as Mulheres*, uma antologia de textos selecionados e organizados pelo seu filho, David Rieff — para revisitarmos ideias e contradições da década de 1970.

TEXTO JOÃO LOPES

O mínimo que se pode dizer sobre a herança de Susan Sontag (1933-2004) é que, neste mundo parasitado por generalidades mediáticas, importa não a reduzir a uma lógica unívoca, nem mesmo aquela que, eventualmente, poderíamos recobrir com o nome de “feminismo”. A antologia de ensaios *Sobre as Mulheres*, agora lançada no mercado português (ed. Quetzal, com excelente tradução de Vasco Teles de Menezes), poderá servir de exemplo da sua trajetória plural, até porque há nela tanto de esclarecedor como de desconcertante.

Este é mais um livro póstumo de Sontag, resultante do trabalho de seleção e organização desenvolvido por David Rieff (n. 1952), filho da autora. Lembremos, a propósito, a referência fundamental de *Renascer* (ed. Quetzal, 2022, tradução de Nuno Guerreiro Josué), coligindo “diários e apontamentos” escritos entre 1947 e 1963, num tom confessional que envolve o reconhecimento do seu lesbianismo, superando um destrutivo “sentimento de culpa”, para desembocar numa verdade cristalina: “Sei o quanto amar é bom, e legítimo”.

O título *Sobre as Mulheres* poderá sugerir uma evolução “temática”, da dimensão mais íntima para a reflexão sobre questões coletivas. A cronologia dos textos convida-nos a tal descrição: estamos perante seis ensaios e uma entrevista com datas de publicação entre 1972 e 1975, portanto já depois dessa incontornável coletânea que é *Contra a Interpretação e Outros Ensaios*, cuja primeira edição data de 1966 (surgiu entre nós em 2004, com chancela da Gótica e tradução de José Lima; existe agora em edição de 2022, no catálogo da Quetzal, com tradução de Vasco Teles de Menezes).

Mulheres e homens

De onde provém o caráter desconcertante de *Sobre as Mulheres*? Dos contrastes que, em alguns momentos, vão pontuando a escrita de Sontag, levando-nos a perguntar o que acontece para que um pensamento tão exigente possa ceder ao esquematismo de certas significações ou rótulos.

Leia-se o texto de abertura, “O duplo padrão do envelhecimento”, argumentando, com sagacidade e justiça, que a passagem dos anos é socialmente (e até moralmente)

encarada de modo bem diferente nas mulheres e nos homens, em especial no que se refere ao tratamento do corpo. Será que o reconhecimento de tal “estado de coisas” (estava-se em 1972, convém lembrar) legitima todas as generalizações? Exemplo: “Talvez o facto de, nas sociedades modernas, as mulheres tenderem a defender opiniões políticas mais conservadoras do que os homens tenha origem na sua relação profundamente conservadora com o corpo.” No limite, uma perspetiva deste género pode conduzir a duvidosas formas de combate político. Em “O Terceiro Mundo das mulheres” (1973), Sontag não teme sequer o efeito de *boomerang* que a caricatura pode gerar: “Com toda a frequência possível, as mulheres devem acender os cigarros aos homens, carregar-lhes as malas e reparar-lhes os pneus furados.”

São pormenores. O certo é que espelham um défice argumentativo que continua a contaminar alguns discursos feministas. A saber: o enunciado das mais legítimas reivindicações femininas em nome de uma descrição (implícita ou explícita) do mundo dos homens como um território fechado e sem movi-

mento, redutível a um coletivo de seres que agem, sentem e pensam a partir do mesmo evangelho de valores estúpidos e repressivos.

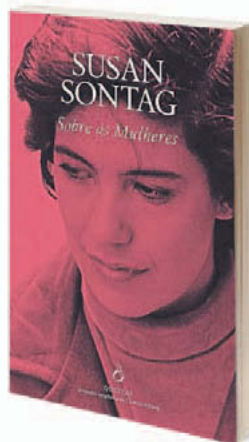
Daí o destaque que merece a entrevista que encerra esta coletânea, dada em 1975 à revista *Salmagundi* (do Skidmore College de Saratoga Springs, Nova Iorque). Trata-se, afinal, de lidar com a textura infinitamente complexa dos comportamentos: “Quero que haja autênticos exércitos de mulheres e de homens a chamar a atenção para a onnipresença de estereótipos sexistas na linguagem, no comportamento e nas imagens da nossa sociedade.” O que envolve também uma resistência tenaz à dissolução da experiência individual na cegueira que, por vezes, alimenta os grupos: “Não gosto de agendas partidárias. Dão azo a monotonia intelectual e a má prosa.”

A ousadia de pensar

Em boa verdade, o núcleo da antologia organizada por David Rieff — o texto “Fascismo fascinante”, publicado na *New York Review of Books*, a 6 de fevereiro de 1975 — está longe de ser “apenas” sobre as mulheres, ainda que em grande parte centrado numa mulher: Leni Riefenstahl (1902-2003), a cineasta que, ao serviço de Adolf Hitler, realizou *O Triunfo da Vontade* (1935) e *Olimpíadas* (1938). A herança de Riefenstahl volta a surgir lado a lado com o embaraço de lidar com a “mensagem” que nela se transporta: como separar (ou não) aquilo que no seu trabalho é cumplicidade com o nazismo dos elementos que decorrem de uma atitude de genuína experimentação formal e narrativa?

Mesmo contornando o labirinto de dificuldades que a pergunta arrasta (que este artigo não pretende inventariar, nem sequer resumir), será inevitável reconhecer que tais dificuldades assombram a prosa fascinante de Sontag. A ponto de nos propor um juízo crítico tocado, de forma porventura inevitável, por uma insólita contradição: “*O Triunfo da Vontade* e *Olimpíadas* são indiscutivelmente filmes soberbos (é possível que sejam os dois maiores documentários de sempre), mas não são verdadeiramente importantes na História do cinema enquanto forma de arte.”

Nas suas convulsões — e também na ousadia de pensar que gera tais convulsões — *Sobre as Mulheres* é mais um objeto precioso para conhecer o universo de Sontag, felizmente bem representado no mercado livreiro português. Acrescente-se também que, na plataforma Filmin, está disponível o excelente documentário *A Propósito de Susan Sontag* (2014), de Nancy Kates. São pistas para lidar com a obstinação, e também a fragilidade, das ideias fortes. Ou como ela diz: “(...) se queremos que um raciocínio faça sentido num determinado momento, não podemos estar a utilizá-lo o tempo todo.”



SOBRE AS MULHERES
Susan Sontag
Quetzal Editores
192 páginas

O triunfo dos cães

LIVRO Publicado originalmente em 1922, *Revolta*, do polaco Wladyslaw Reymont, tem agora primeira edição portuguesa. O tema é a revolta sangrenta dos animais de uma quinta.

TEXTO **LEONÍDIO PAULO FERREIRA**

Chega agora finalmente a edição em português de *Revolta*, de Wladyslaw Reymont, traduzida do polaco por Violetta Gawor. Mas este livro que fala de uma rebelião de animais está longe de ser uma novidade. Mais será, na realidade, um clássico, pois foi publicado pela primeira vez na Polónia em 1922, e o autor, já então um conceituado escritor, receberia o Prémio Nobel da Literatura em 1924, ou seja exatamente há um século. Morreu no ano seguinte.

O editor da Livro B/E-Primatur, Hugo Xavier, relembra como lhe surgiu a ideia de publicar este livro de Reymont, cujo título original é *Bunt*: “soube do livro por portas travessas num artigo que li há décadas no *Times Literary Supplement* sobre possíveis ‘plágios’ nunca confirmados. Anotei o livro e há muito que o queria fazer. No artigo do jornal, lembro-me que davam destaque aos amigos polacos de George Orwell em casa de quem ele tinha ficado e que eram exilados do meio cultural. Orwell não lia polaco, claro está, mas o artigo demonstrava que era perfeitamente plausível que tivessem resumido o livro a Orwell. Um dos amigos era mesmo diretor de uma revista para a comunidade polaca no exílio. Claro que um livro como este, que não está praticamente traduzido em nenhuma língua *mainstream*, avançar para a edição é um pouco um tiro no escuro mas li outras obras de Reymont e portanto o risco não é assim tão grande”.

Revolta, que tem como personagem principal o cão Rex, trata de uma revolta de animais numa quinta, e é impossível não associar este livro a *O Triunfo dos Porcos*, do inglês Orwell, publicado em 1945. Até porque o título original da obra de Orwell é *Animal Farm*, ou “Quinta dos Animais”. Existem, aliás, já edições em português que têm como título a tradução literal, mesmo que *O Triunfo dos Porcos* seja uma magnífica síntese do que se passa naquelas páginas que Orwell escreveu desiludido com o caminho que levou o comunismo desde o triunfo da Revolução Russa de 1917.



Wladyslaw Reymont
Escritor polaco, Nobel da Literatura

Tenha ou não Orwell tido conhecimento de *Revolta*, sublinhe-se que o tema de uma rebelião dos animais contra os humanos seus donos já tinha sido abordado no final do século XIX por Nicolai Kostomarov, se bem que o manuscrito de *Skotskoi Bunt* (“Revolta na Quinta dos Animais”) só tenha sido publicado postumamente, em 1917, pouco antes de os bolcheviques tomarem o poder na Rússia. Kostomarov, oriundo da nobreza russa mas envolvido no movimento nacional ucraniano, é hoje, à luz da fortíssima rivalidade entre Moscovo e Kiev, reivindicado tanto pela Rússia como pela Ucrânia.

Os comunistas só tomaram o poder na Polónia após a Segunda Guerra Mundial, mas *Revolta*, embora datado de duas décadas antes, era tão denunciador do fracasso dos “amANHãs que cantam” que foi proibido. Só em 2004 foi esta obra de Reymont novamente publicada no seu país, uma Polónia que se orgulha de ter cinco Nóbéis da Literatura.

Sem querer contar demasiado sobre *Revolta*, Rex é um cão indignado com o tratamento que recebe apesar da lealdade aos donos. Rodeia-se de outros cães (e de lobos) e assume a liderança da rebelião, que atrai desde as ovelhas aos cavalos. Coxo, lobo seu aliado, quando tudo começa a correr mal, o sangue corre e o desespero ganha os animais, dirige-lhe dura crítica: “achas-te o mais inteligente. Levaste com as varas dos humanos, mas não ficaste com a razão deles! Envenenaste-te com a soberba. Nunca foste livre e nunca compreenderás o que é a liberdade. O que te ligou aos rebanhos e às manadas? O ódio para com os homens comuns”.

Livro extraordinário este *Revolta* do polaco Reymont, cuja obra mais célebre é *Chłopi* (“Camponeses”).



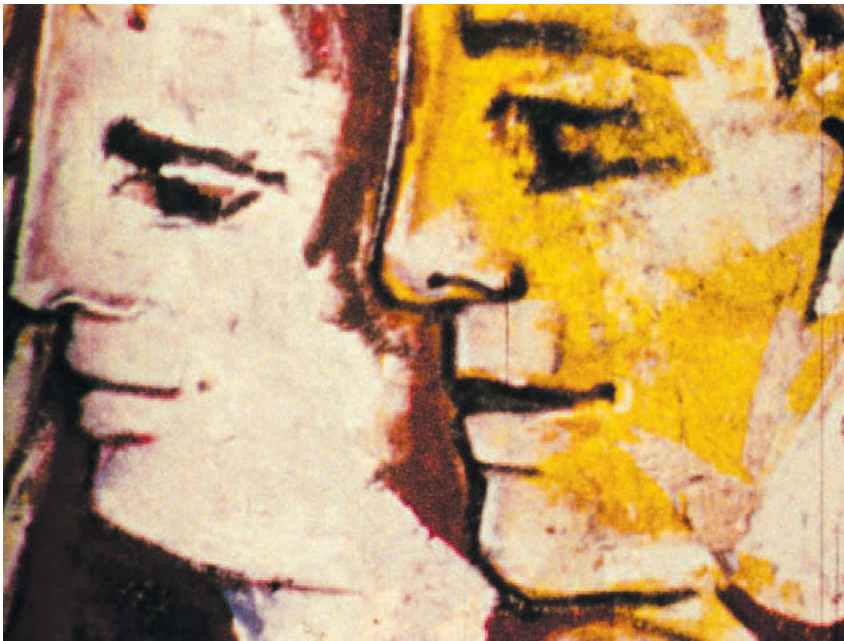
cinemateca
ABRIL 2024

IR AO CINEMA EM 1974

**FESTA DO CINEMA ITALIANO:
O OUTRO 25 DE ABRIL**

**DO CINEMA DE ESTADO AO CINEMA
FORA DO ESTADO: MOÇAMBIQUE**

FILMAR: CHEGADA A BOM PORTO



REVOLUÇÃO [PORTUGAL 1975] DE ANA HATHERLY



REVOLTA
Wladyslaw Reymont
Livro B/E-Primatur
212 páginas



Direto à leitura António Carlos Cortez

E o Teatro?

Para a Eugénia Vasques
e José Antunes Ribeiro e Lúcia

Foi na Livrarte, aquela livraria da Av. do Uruguai, em Benfica, que – guiado pelo bom gosto e a cultura do editor e livreiro José Antunes Ribeiro – comecei, por volta de 1992, a comprar livros de teatro. Tenho comigo alguns livros raros, edições dessas que nos lembram outras épocas em que, nas livrarias, ao saber dos livreiros se juntava a atmosfera de mistério de livros com lombadas gastas e títulos sedutores. Alguns estão aqui comigo, agora. Pu-los por sobre a mesa de trabalho e esplendem no seu silêncio as vozes de personagens inesquecíveis. Direi alguns desses livros: *Esta Noite Improvisa-se*, em edição da Editorial Estampa/Seara Nova, datada de 1974. Tradutores? Osório Mateus, Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo. No prefácio extremamente completo e informativo, num português escorreito e claro, informações preciosas sobre esta peça publicada em Milão em 1930. O título português é uma tradução imperfeita do original, *Questa Sera Si Recita a Soggetto*. Recitar um esquema-cenário, uma história-cenário, isso era o que faziam os autores da “*commedia dell’arte*” e esses “*scenari*” eram preenchidos “com o seu tradicional repertório de deixas, tiradas, réplicas, momentos de mímica, canções, variantes e acções típicas”, leio. Resume-se, depois dum primeiro parágrafo geral, a intriga da peça de Pirandello. O tema? O ciúme do passado e as personagens: Mommina, Totina, Dorina e Néne, com o espaço da acção nessa Sicília do princípio do século passado. Outras personagens e acções se cruzam e a improvisação faz-se a partir do esboço de uma acção. Liberdade e rigor aliam-se numa peça que pensa o próprio teatro (Hinkfuss, encenador e narrador de uma história dentro da história que é *Esta Noite Improvisa-se*, director de uma companhia), alegoria da vida, aqui projectada numa “recita”: a estreia de uma peça, “*Leonora Addio*”, contada em jeito de reportagem. Pirandello ou a arte de narrar a história de um narrador: o “*soggetto*”. A vida representada e a vida imaginada, a vida da representação e a vida concreta, tudo aqui se mistura. Que é, pois,

teatro? Uma forma tensa e intensa de pensar a vida representando-a, dando a personagens que são, primeiro, figuras de papel, a carne verbal e o corpo físico que as farão outra coisa – de seres de papel, passam a seres ficcionais-reais.

Tenho outras peças de teatro que nessa livraria, e depois noutras, comprei e li. Havia nos anos 90 uma Feira do Livro Estrangeiro que, se não erro, se realizou, durante algum tempo, no Fórum Picoas. Aí adquiri (num sábado de manhã? Numa tarde invernal?) os seguintes livrinhos (uso o diminutivo porque são edições de bolso): *El Gran Teatro del Mundo*, das Ediciones Istmo (Madrid, 1974), com estudo de Domingo Yndurain; a peça de William Shakespeare, *Julius Caesar*, da Penguin Books e uma edição portuguesa (que também por lá andavam livros traduzidos) de *Os Possessos*, de Camus. Detenho-me na peça de Calderón de La Barca e na sua origem: o auto sacramental. Releio o estudo preliminar a esta peça de 1649 – magnífico estudo de Yndurain, absolutamente erudito, mas de uma clareza meridiana – e penso em edições do teatro de Gil Vicente (lembrado pelo ensaísta espanhol), também elas de bolso, quer da Editorial Comunicação, quer da colecção

dos Clássicos Ulisseia. Onde estão essas colecções, hoje, circulando nas escolas? Os livros de teatro, eu gosto deles. Regresso à Livrarte e, ao acaso das capas velhas que tenho aqui em cima da mesa, vejo a edição da Portugália Editora, da colecção ‘Problemas’, os *Estudos sobre Teatro – para uma arte dramática não-aristotélica* (capa azul, com os três triângulos a encimar, na parte esquerda e lateral do rosto, a sobriedade do volume), em tradução de Fiamma Hasse Pais Brandão. E da mesma Fiamma percorro as páginas de *O Aquário* (Colecção ‘A Palavra’, Faro, 1959), uma peça de inspiração nipónica, e, de 1979, da editora Arcádia, na colecção teatro, a peça *Quem Move as Árvores* (“O Campesinato O Operariado”, poema de Fiamma ajuda-me a ler esta peça). E outros livros: *Teoremas de Teatro 3* (reunião de peças de Garcia Lorca e estudos relativos à peça *Yerma*), e continuando por terras de Espanha, o mesmo Lorca, numa edição que comprei em Tavira, no verão de 2014, *A Casa de Bernarda Alba* (Edições Europa-América, 1964) e que reli – como inscrevi no dia 9 de Julho de 2015, com letra carregada, para não mais esquecer – um dia depois do funeral de Maria de Jesus Barroso. Com alguma emoção vejo esta frase: “A mim tratava-me de duas formas: “Poeta” ou “Querido amigo” – ou com terno diminutivo – “Querido amiguinho”. O teatro, o ensino, a cultura, a poesia, a música, não poderíamos nós, em 2024, defender uma reforma do ensino que libertasse professores e alunos da máquina de estupidificação e incultura em que todos vamos sendo comprimidos e formatados?

Há no teatro uma magia inexplicável que decorre da junção de três ou quatro grandes cruzamentos: o trabalho do texto, isto é, o modo como um dramaturgo compõe um universo de personagens que deve ser verossímil e criativo; o trabalho do encenador – que deve respeitar o texto e, simultaneamente, conduzir os actores que dão corpo às palavras e gestos aos pensamentos implícitos que essas palavras sugerem a um desempenho superior do texto – e, por fim, o trabalho dos que ficam responsáveis pelos adereços e pela música (quando existe). O teatro, tal como o ballet, é uma arte total e por isso é que, na educação em todos os graus de ensino, deveria haver um Plano



Se um Governo nos tirou o Frei Luís de Sousa, um outro pode repôr e fazer justiça, não é assim? Ah! E já agora: terão lido, os senhores que ditam as leis educativas deste Portugalinho, aquela peça de Raúl Brandão, *O Gebo e a Sombra*? Pois é... Viva o teatro!



Nacional de Ensino do Teatro. Por aí se poderiam estudar a Literatura e a História, aprender a linguagem do corpo e aprender a respeitar o corpo (hoje tão vilipendiado e banalizado). Com o teatro, superior forma literária, aprender a dizer com calma e boa dicção palavras com pedo, conta e medida. O teatro... Recordo aulas que dei lendo, numa espécie de encenação feita no momento, e que se prolongava por seis aulas de 90 minutos, em vozes que eram a minha com as dos meus alunos – recordo o modo como aprendíamos a comentar a obra-prima do teatro romântico português, o *Frei*



“

Tenho comigo alguns livros raros, edições dessas que nos lembram outras épocas em que, nas livrarias, ao saber dos livreiros se juntava a atmosfera de mistério de livros com lombadas gastas e títulos sedutores. Alguns estão aqui comigo, agora. Pu-los por sobre a mesa de trabalho e esplendem no seu silêncio as vozes de personagens inesquecíveis.

Teatro, livros... Eu gosto deles. E abro três outros livros. Um livro de ensaio e duas peças de teatro, edições dum outro tempo. Estou de novo na Livrarte, em 1997, com a Lúcia olhando-me e dizendo-me se quero, então, comprar *História do Teatro Português*, de Luciana Stegagno Picchio, a 1.ª edição (Portugália Editora, Lisboa, 1964. Compro, pois claro! Sou professor de português, estudo literatura, devo ler e conhecer essa tese da grande lusitanista (com quem virei a jantar e a colaborar num volume sobre poesia portuguesa da Universidade de Roma, em 2012!). Belíssimo livro! Na capa a reprodução de uma imagem medieval: dois músicos tangendo dois instrumentos (um alaúde e aquilo que julgo ser um predecessor do violino) acompanhando, depreende-se, uma cena teatral. Detenho-me a ler os capítulos dessa tese que nos traz do teatro pré-viceentino aos anos quarenta do século XX, elencando dramaturgos que, receio, não se lêem e não se levam ao palco (e seriam todos para levar ao palco? Não é o nosso teatro esse imenso deserto com dois ou três oásis: Gil Vicente, António José da Silva, Garrett? Não foi esse o diagnóstico de António José Saraiva?).

E penso em outras quatro peças de teatro que li e reli, maravilhado. Compradas na livraria do Zé Ribeiro, pois claro! *O Indesejado* – António, Rei, de Jorge de Sena; *O Ren-der dos Heróis* de José Cardoso Pires (a edição da Moaresa 4ª, de 1978); e, de Strindberg da Editorial Presença, com data de 1963, o volume onde se reúnem três textos: *A Tempestade*, *A Casa Queimada* e *A Menina Júlia*. Foi esta última que me levou, há já uns bons anos, a ir ver, ao vivo, a Alexandra Lencastre num seu regresso a um teatro a abarrotar. E lembro, a propósito da tragédia centrada em Dom António Prior do Crato, quanto Jorge de Sena lutou em vida para que se construísse teatro de qualidade em Portugal. *O Indesejado* é uma peça escrita entre Dezembro de 1944 e Dezembro de 1945 e foi lida “a um largo grupo de

escritores em Lisboa, em Março de 1946 e publicada depois em vários números da revista PORTVCALE, em 1949-50”. Em 1951 saía a 1.ª edição em livro; peça que Sena leu, mais algumas vezes, a amigos como Sophia, antes de se ir embora do país em 1959. Apesar de lida a amigos, Jorge de Sena constata o óbvio: não obstante o alto valor desta sua tragédia, “muito pouca gente a terá lido”. Peça que vem na sequência de outras como *La Reine Morte*, de Montherland, e de *Murder in the Cathedral*, de Eliot, esta, de Sena, em verso regular e branco, é fiel à História e repõe a sobriedade de *Reinar después de morir*, do dramaturgo espanhol Velez de Guevara, do século XVII. Pergunto-me, aqui, olhando estes livros: Como podemos passar ao largo destas e de outras circunstâncias da nossa vida cultural dum tempo que foi ontem? É que não era tudo Fado, Fátima e Futebol (como hoje, receio bem, que o seja bem mais) e havia quem resistisse. Pois é isso: o teatro é uma forma de resistência. Ilustra, faz rir e chorar, agita a inteligência e move os afectos. Um outro livrinho faz-me, de novo, ir a Távira e a um outro verão, o de 2011, quando comprei numa feirinha, à noite, *Desejo sob os Ulmeiros*, de Eugene O’Neill, 1.ª edição, na famosa colecção “das três abelhas”, lendo esta tradução de Jorge de Sena – nem de propósito!...

Tenho comigo mais duas edições de que quero dar nota neste Directo à Leitura de hoje: a obra de Brecht, em três volumes (capas de Tossan!), da Portugália Editora, em traduções de Sena e de O’Neill, no volume I; de Ilse Losa e de Sena, no II volume e, no III, tradução directa de Yvette Centeno. Peças que são obras-prismas: *Mãe Coragem*, desde logo. Deveria chamar a atenção para as versões de O’Neill (o nosso) de poemas no volume II. E mais teatro, para acabar esta minha homenagem a um dia que celebrá- mos há pouco – o Dia Mundial do Teatro – lembrando as peças de autores gregos, que líamos nos livrinhos da “Clássicos Inquerito” (Eurípedes, Sófocles, Aristófanes), e perguntando a quem vai dirigir a pasta da Educação se não acharia bem – em conjunto com o Ministério da Cultura – lançar um programa de reedição destas e de outras obras-primas do teatro das mais diversas literaturas? É que, se um Governo nos tirou o *Frei Luís de Sousa*, um outro pode repô-lo e fazer justiça, não é assim? Ah! E já agora: terão lido, os senhores que ditam as leis educativas deste portugalinho, aquela peça de Raúl Brandão, *O Gebo e a Sombra*? Pois é... Viva o teatro! E cá iremos, nesta página, falando de livros, de cultura num tempo adverso (como foi sempre?). Tal e qual o que era (é uma peça de David!), este Directo à Leitura continuará sendo tal e qual o que é.

Professor, poeta e crítico literário

Luís de Sousa. As cenas do clímax, Acto II, cenas XIII a XV, com Frei Jorge, Madalena e o Romeiro falando entre si num crescendo de tensão dramática que culmina na célebre estirada: “Romeiro, Romeiro! Quem és tu?” e a resposta desse fantasma vindo do passado: “Ninguém!”, ao mesmo tempo que dizendo ser ninguém aponta para o seu retrato de há 21 anos, quando ele, o Romeiro, tinha sido Dom João de Portugal. Peça que se tirou do 11.º ano, num gesto incompreensível de mutilação da formação dos estudantes. Que professores concordam com esse roubo? Pensar Portugal, não por

acaso alegorizado nesse Romeiro/ D. João que perde a identidade e diz ser “Ninguém” – não é essa uma das mensagens de Garrett para o nosso tempo? Não nos avisava ele dos perigos dum país à deriva, conduzido por elites iletradas? Ler essa peça e fazer com que regresse ao ensino – é urgente, pois, como outras, são textos que nos ajudam a construir a cidadania. Nós, em 2024, poderíamos todos repetir com o Romeiro quem somos: “Ninguém”, olhando para um retrato antigo, o da nossa identidade perdida no tempo em que a própria Europa se perde de si, uma vez mais...

avisos, tribunais
e conservatórias



município

tavira

Aviso

3.º ADITAMENTO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/1999

Nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, torna-se público que a Câmara Municipal de Tavira, emitiu a 20 de outubro de 2023, o 32.º aditamento do alvará de loteamento n.º 5/1999 em nome **Ibrahim Georges Gerjy**, contribuinte fiscal número 213 276 852, com sede em Quinta do Perogil, Lote 2, na União das Freguesias de Tavira, da urbanização sita em Mato de Santo Espírito e Vale Caranguejo, implantada sobre os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números quarenta e três, a vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e oitenta e cinco, novecentos e noventa e dois, a quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, novecentos e noventa e três, a quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, novecentos e noventa e quatro, a quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, da União das Freguesias de Tavira.

A alteração consiste:

1. No aumento da área de implantação de 191,91 m² para 217,28 m², do lote 128.

A alteração ao alvará de loteamento foi aprovada por despacho n.º 14190/2023, de 11/10/2023, da Sr.ª Presidente, respeitando o PDM de Tavira e demais legislação em vigor, enquadrando-se no número 8 do artigo 27.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

Paços do Concelho de Tavira, aos 11 dias do mês de março de 2024

A Presidente da Câmara Municipal
Ana Paula Fernandes Martins



SINDICATO DOS MÉDICOS DA ZONA SUL

CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 27.º, alínea d), 29.º, n.º 1, alínea b) e 3.º e 30.º dos Estatutos do Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), em leitura conjugada, convoca-se uma **Assembleia Geral Extraordinária para o dia 12 de abril de 2024 (sexta-feira), pelas 20.30 horas, a realizar na sede do SMZS, sita na Rua Julieta Ferrão 10 – 12.º A-B 1600-131 Lisboa.**

A Ordem de Trabalhos é a seguinte:

Ponto único: Alteração aos Estatutos do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, de forma a prever a possibilidade da realização de eleições por voto eletrónico, assim como proceder à adequação dos prazos e procedimento relativo a notificações e convocatórias previstos nos Estatutos a esta nova realidade.

Lisboa, 3 de abril de 2024

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Adélia Maria Freilão Pinhão

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A
ELEIÇÃO DO DIRETOR DO AGRUPAMENTO
DE ESCOLAS DE MARVÃO

Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que, por publicação do Aviso n.º 7215/2024/2 da II Série do *Diário da República*, de 4 de abril, se encontra aberto o procedimento concursal para a eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Marvão, pelo prazo de 10 dias úteis (de 5 a 18 de abril).

emprego



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Ordem dos Revisores Oficiais
de Contas pretende contratar

LICENCIADO EM DIREITO

Ver detalhes em:
<https://www.oroc.pt/uploads/divulgacoes/2024/AVISO12024.pdf>

Procure bons negócios
no sítio certo.

classificados.dn.pt



Diário de Notícias

O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS EM BANCA

OFEREÇA UMA
PRIMEIRA PÁGINA
DE ARQUIVO OU PERSONALIZADA

 E-mail: paginas@dn.pt
ou ligue 213 187 562

necrologia



GRIMALDI LINES

Week 15



West Africa Southern Express	Grande San Paolo GRS0324	Grande Atlantico GAT0305
Antwerp	08/04	26/04
LeHavre	13/04	30/04
Leixoes	15/04	03/05
Dakar	20/04	09/05
Conakry	22/04	
Lome	27/04	15/05
Luanda	30/04	19/05
Pointe Noire	04/05	22/05
Douala	07/05	25/05

Euroaegan Northbound	Grande Anversa GAV0324	Grande Italia GIT0424
Livorno	06/04	15/04
Salerno	05/04	14/04
Tanger Med	09/04	18/04
Setúbal	10/04	19/04
Portbury	14/04	22/04
Cork	15/04	23/04
Antwerp	16/04	25/04

Euroaegan Southbound (Euroshuttle)	Grande Detroit GDE0224	Grande Sierra Leone GSL0324
Antwerp	03/04	-
Portbury	07/04	-
Vigo	-	09/04
Setúbal	10/04	11/04
Valencia	12/04	-
Livorno	14/04	16/04
Civitavecchia	15/04	15/04
Salerno	16/04	-
Gioia Tauro	-	19/04

Grimaldi Portugal

info@grimaldi.pt | Lisboa: 213 216 300 - Leixões: 229 998 450 - Setúbal: 265 526 018

 Servilusa ☎ 800 204 222

+

LUÍS TORRES DE CASTRO
E ALMEIDA

MISSA 7º DIA

Sua família participa que será celebrada Missa de 7º Dia em sufrágio de sua alma, na próxima segunda-feira, dia 8, às 20:00 horas na Basílica da Estrela.

AGÊNCIA FUNERÁRIA BARATA





PARA ANUNCIAR

800 241 241

CHAMADA GRATUITA

DIAS ÚTEIS

entre as 9h00

e as 18h30

● PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

Horizontais:
1. Ente puramente espiritual. Idolatrar. **2.** Reduziu a pó. Linha de demarcação. **3.** Ovário dos peixes. Tranquilidade pública. Sigla de very important person. **4.** Ressonar. Com destino a (preposição). **5.** Estrela. Silenciar. **6.** A ti. Agastar-se sem dizer o motivo. Rádio (símbolo químico). **7.** Ficheiro incluído no correio (Informática). Viscera dupla. **8.** Quantia formada pelas entradas, apostas e multas dos parceiros ao jogo. Fictício. **9.** Nome da letra M. Passado. Nome feminino. **10.** Verdura. Igualmente. **11.** O natural da Alemanha. Certo ruído na respiração.

Verticais:
1. Forte afeição. Lista de preços. **2.** De pouco tempo. Xarope feito com vinho e mel. **3.** Designação dada às calças de ganga no início dos anos 60. Escolhe. **4.** Alternativa. A voz da rã. A unidade. **5.** Distância da ponta do dedo polegar à do mínimo, estando a mão bem aberta e estendida. Sacerdote muçulmano. **6.** Levantar. Elemento de formação de palavras com o significado de ideia. **7.** Exprime por palavras. Viatura. **8.** O mantra mais importante do Hinduísmo e outras religiões. Dar à luz filhos. Seguir até. **9.** Êmulo. Porção de fio dobrado. **10.** Arremessar. Círculo. **11.** Conserta. Terra ensopada em água.

● SUDOKU

		9					7	4
7		4			5	3		6
		6			4			
8			9			4		3
				4	8			9
4				5			6	
		3						1
	4				1	6		
2			4		9		3	5

Palavras Cruzadas
Horizontais:
1. Anjo. Adorar. 2. Moeu. Limite. 3. Ova. Paz. VIP. 4. Roncar. Para. 5. Sol. Calar. 6. Te. Amuar. Ra. 7. Anexo. Rím. 8. Bolo. Irreal. 9. Eme. Ido. Ana. 10. Legume. Idem. 11. Alemão. Rala.
Verticais:
1. Amor. Tabela. 2. Novo. Enomel. 3. Jeans. Elegé. 4. Ou. Coaxo. Um. 5. Palmo. Imã. 6. Alar. Ideo. 7. Diz. Carro. 8. Om. Parir. Ir. 9. Rival. Meada. 10. Atrar. Anel. 11. Repara. Lama.

2	1	1	8	9	3	2	6	5	7	4
9	4	7	5	3	1	6	8	2		
6	5	3	7	8	2	6	9	4	1	
4	9	1	2	5	3	8	6	7		
3	7	5	6	4	8	1	2	9		
8	6	2	9	1	7	4	5	3		
5	3	6	1	7	4	2	9	8		
7	2	4	8	9	5	3	1	6		
1	8	9	3	2	6	5	7	4		

SOLUÇÕES

Procure bons negócios
no sítio certo.

classificados.dn.pt
Diário de Notícias

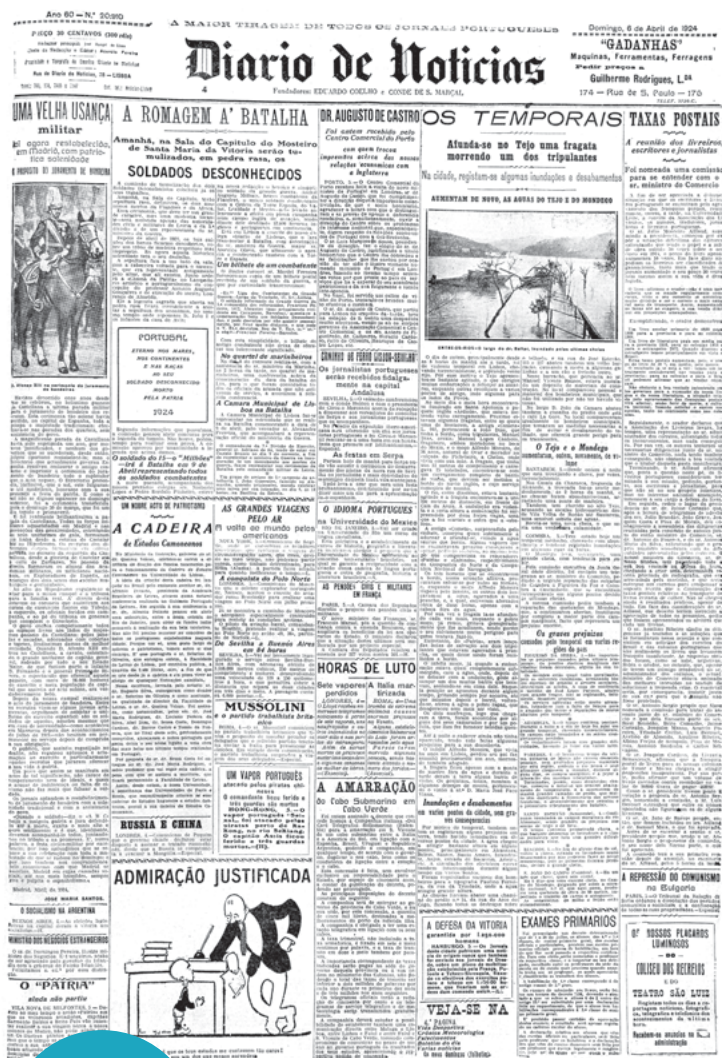


EM PAPEL E NO DIGITAL.
QUEM PROCURA ENCONTRA.



Diário de Notícias

O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS EM BANCA



O DN
DE HÁ CEM
ANOS

AS NOTÍCIAS DE 6 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN CRISTINA CAVACO, LUÍS MATIAS E SARA GUERRA

A ROMAGEM A' BATALHA

Amanhã, na Sala do Capitulo do Mosteiro de Santa Maria da Vitoria serão tumulizados, em pedra rasa, os

SOLDADOS DESCONHECIDOS

A comissão de tumulação dos dois Soldados Desconhecidos concluiu já os seus trabalhos.

Amanhã, na Sala do Capitulo, terão sepultura rasa, definitiva, os dois anónimos mortos da Flandres e da Africa.

Essa cerimonia, que deve ter um grande caracter, mas uma modestia tocante—será assistida apenas das autoridades civis e militares de Leiria e da 5.ª divisão e de um representante do sr. ministro da Guerra.

Depois de abril de 1921, os dois caixões dos heróis ficaram descobertos, sobre um tróno de madeira respeitoso mas improprio. Só agora aquela historica solenidade terá o seu desfecho.

A sepultura fica a um lado da sala, com a cabeceira voltada para o nascente, que era representado antigamente pelo altar, que ali existiu. Junto arde a «Chama da Patria» no Lampadario artistico e portuguezissimo da concepção do professor Antonio Augusto Gonçalves e de execução do mestre Lourenço de Almeida.

Eis a legenda sagrada que aberta na pedra rasa ficará eternamente a atestar a sepultura dos anónimos, no mesmo templo onde repousam D. João I e os infantes da casa de Avis:

PORTUGAL

ETERNO NOS MARES,
NOS CONTINENTES
E NAS RAÇAS
AO SEU
SOLDADO DESCONHECIDO
MORTO
PELA PATRIA

1924

Segundo informações que possuímos, a comissão pensou abrir concurso para a legenda do tumulo. Não houve, porém, tempo para realizar essa prova. A comissão aprovou por unanimidade a legenda que acima damos.

O soldado do 15—o "Milhões"—irá á Batalha em 9 de Abril representando todos os soldados combatentes

A noite passada, acompanhado dos nossos prezados colegas srs. Norberto Lopes e Pedro Bordalo Pinheiro, esteve

na nossa redacção o heroico e sympathico soldado da grande guerra, Anibal Augusto Milhais, bravo combatente da Flandres, o unico soldado condecorado com a Ordem da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Merito—acto levado solenemente a efeito em plena campanha num campo inglês de aviação, tendo diante dele desfilado 12.000 homens ingleses e portuguezes em continencia.

Está em Lisboa a convite do nosso colega «Diário de Lisboa», que o fará transportar á Batalha, com autorização do sr. ministro da Guerra, major sr. Americo Olavo, que altamente o aprecia e condecorado tambem com a Torre e Espada.

Um bilhete de um combatente

O illustre coronel sr. Mardel Ferreira forneceu-nos copia de um bilhete postal recebido de um soldado da guerra, e que por curiosidade transcrevemos:

«Ex.ª Liga dos Combatentes da Grande Guerra—Largo da Trindade, 17, 2.ª—Lisboa.
O soldado reformado da Grande Guerra da 5.ª companhia dos reformados, Francisco Pereira, 1462, Abrantes (mas actualmente residente em Carapeços, Barcelos), associa-se á comemoração feita aos Soldados Desconhecidos, e pede desculpa por não assistir pessoalmente, por ficar muito distante, o que pede a V. Ex.ª desculpa. Sou de V. Ex.ª, m.ª at.ª e obg.ª—Francisco Pereira—Barcelos.

Com esta simplicidade, o bilhete do antigo combatente não deixa de oferecer um interessante significado.

No quartel de marinheiros

No dia 8 do corrente realiza-se, com a assistencia do sr. ministro da Marinha, ás 2 horas da tarde, no quartel de marinheiros, uma conferencia acerca da comemoração da data da batalha do Lys, para o que foram convidados todos os officiaes da armada que não estiverem de serviço, a assistirem á referida conferencia.

A Camara Municipal de Lisboa na Batalha

A Camara Municipal de Lisboa faz-se representar na solenidade que se realiza na Batalha comemorando a data de 9 de abril, pelo vereador sr. Alexandre Ferreira, que acompanhará a representação official do ministerio da Guerra.

O comandante da 7.ª Divisão do Exército, general sr. Adriano de Sá, tendo de estar em Castelo Branco no dia 9 do corrente, a fim de representar o ministro da Guerra na inauguração de um monumento aos mortos da guerra, faz-se representar nas ceremonias da Batalha pelo comandante militar de Leiria.

Um grupo de amigos do 2.º sargento de artilharia 1.º João Guerreiro, falecido na Alemanha, quando prisioneiro, manda celebrar uma missa por sua intenção, no dia 9, ás 10 horas, na Basilica da Estrela.

UMA VELHA USANÇA militar

hoi agora restabelecida, em Madrid, com patriótica solenidade

o PROPOSITO DO JURAMENTO DE BANDEIRA



), Afonso XIII na cerimonia do juramento de bandeiras

Haviam decorrido onze anos desde que se celebrou, no bellissimo passeio da Castellana a ultima parada militar para o juramento de bandeira dos recrutas. Esta cerimonia tão solene havia perdido, na capital de Espanha, toda a pompa e majestade tradicionais: efectuava-se nas paradas dos quarteis, sem assistencia do povo.

A magnificente parada da Castellana havia sido suprimida um ano, por motivos justificados, e nenhum dos governos que se sucederam, desde então, julgou oportuno restabelecê-la; mas o Directorio que actualmente governa Espanha resolveu restaurar o antigo costume e imprimir á cerimonia do juramento de bandeira todo o esplendor que o acto requer. O Directorio pretendia, inclusive, que o sol, este fulgurante sol madrileno, honrasse com a sua presença a festa da patria. E como o sol não se dignou apparecer no domingo anterior, foi a cerimonia transferida para o domingo 30 de março, que foi um dia tepido e primaveril.

E foi realmente brilhantissima a parada da Castellana. Todas as forças militares aquarteladas em Madrid e nas povoações das proximidades, ostentando os seus uniformes de gala, formaram em linha desde a estatua de Castelar até ao Hipodromo. Os recrutas dos diferentes corpos formavam em columna cerrada no passeio da esquerda da Castellana, desde a glorieta de Castelar até á calle de Zurbaran. No passeio da direita formaram os alunos das Academias militares, os milicianos nacionais, os Exploradores de España, as crianças dos dois sexos das escolas municipaes e particulares.

Ao alto do Hipodromo erguiam-se o altar para a missa campal e a tribuna para a familia real. A direita desta estavam os coroneis que assistiram aos cursos de exercicios fisicos em Toledo; á esquerda, os officiaes feridos em campanha, e ao pé da tribuna os generaes que compõem o Directorio.

O povo enchia completamente todos os espaços livres aos lados do majestoso passeio da Castellana; pelas janelas e sacadas, adornadas com cobertas e tapetes, lindissimas damas da melhor sociedade. Quando D. Afonso XIII entrou na Castellana, a cavallo, ostentando o grande uniforme de capitão general, rodeado por todo o seu Estado Maior, de que faziam parte o infante D. Fernando e o general Primo de Rivera, o espectáculo que offerecia aquelle passeio, com mais de 26.000 homens do exercito e meia população da capital que assistia ao acto solene, era verdadeiramente bello.

Depois da missa campal realizou-se o acto do juramento de bandeira. Entre os recrutas viam-se alguns jovens aristocratas, orgulhosos de ostentar o uniforme do exercito espanhol: são os soldados de «quota», aqueles mesmos que em caso de necessidade—como aconteceu em Marrocos depois dos acontecimentos de julho de 1921—não hesitam em permanecer ao serviço depois de cumprida a sua obrigação.

O publico, que assistiu regozijado ao desfile, não regateou aplausos e aclamações ao exercito e particularmente áqueles recrutas que juraram offerecer á sua vida á patria.

Um povo que assim se manifesta em actos de tal significação, não carece de temperamento nem de ideais, e quem o accusar de indiferença ou falta de civismo não faz mais que falsear a verdade.

Os jornais aplaudem o restabelecimento do juramento de bandeira com a solenidade tradicional e com a assistencia do povo.

«Quando o soldado—diz o «A B C» beija a insignia patria e jura defendê-la até á morte, exalta o mais alto e puro sentimento; e é que, idealmente, devemos acompanhá-lo todos, juntandonos no tributo e na promessa. E, numa palavra, a festa civico-militar por excellencia; por isso aplaudimos que se renove a sua celebração com toda a majestade de que se rodeou no domingo; e por isso também nos congratulamos pelo entusiasmo com que Madrid se associou, Madrid em cujas camadas sociais, até nas mais humildes, sempre vive e palpita o espanholismo.»

Madrid, Abril, de 1924.

JOSÉ MARIA SANTOS.

TAXAS POSTAIS

A reunião dos livreiros, escritores e jornalistas

Foi nomeada uma comissão para se entender com o sr. ministro do Comercio

A fim de ser apreciada a dolorosa situação em que os escritores e livreiros portugueses se encontram pelo agravamento das franquias postais, reuniram-se, ontem, á tarde, na Universidade Livre, a convite da Associação dos Livreiros, os autores, tradutores, jornalistas e livreiros portugueses.

O sr. Julio Monteiro Aillaud, assumindo a presidencia, começou por expor a situação difficilissima dos editores, salientando que tendo o papel e a mão de obra subido 30 vezes sobre o seu custo em 1914, o preço do livro apenas aumentara 10 vezes. Em face disto não podiam os livreiros ser classificados de gananciosos, tanto mais que tendo os jornais aumentado o seu preço 30 vezes, nem mesmo assim a sua vida é desalugada.

O livro—afirmou o orador—não é uma mercadoria que se mande regularmente como carga, visto o seu commercio se encontrar muito dividido e ser o correio o mais natural meio de transporte. Assim, aumentando as taxas até ao exagero, a sua venda diminui em proporções ameaçadoras.

Exemplificando, o orador demonstrou:

Um livro escolar primario de 4600 pagas 1800 para a provincia e para as colonias 1804.

Um livro de literatura paga em média para a provincia 1810, para as colonias 1816 e para o estrangeiro 2872. Quando dizemos o estrangeiro temos principalmente em vista o Brasil.

Estas taxas postais aumentam, pois, o preço do livro de 30 % em média, pelo menos.

O resultado já se está a ver: temos um retratamento consideravel nas vendas para a provincia; para as colonias e para o Brasil podemos afirmar que as vendas cessaram.

Não obstante a boa vontade patenteada pelos governos para a expansão da nossa lingua e da nossa literatura, a situação criada pelo agravamento das franquias postais virá afectar, senão ferir de morte, a cultura nacional, fazendo estagnar o ensino nas escolas, tanto no continente como nas colonias.

Seguidamente, o orador declarou que a Associação dos Livreiros levára, há tempos, uma representação ao sr. administrador dos correios, salientando todos os inconvenientes, mas nada conseguira. Por sua vez, os autores tentaram as necessarias diligencias junto do sr. ministro do Comercio, nada tendo também conseguido, não obstante a boa vontade que o titular daquela pasta manifestara.

Terminando, o sr. Aillaud afirmou que, posta a questão neste pé, os livreiros portugueses consideravam terminada a sua missão, pedindo, portanto, aos escritores e jornalistas, para que não só no seu proprio interesse, mas no interesse nacional ameaçado, tomassem a seu cargo a defesa do livro.

Em seguida, cedeu o lugar da presidencia ao sr. dr. Jaime Cortezão que, após a leitura de telegramas de adesão dos srs. Julio Brandão, João Grave, Joaquim Costa e Pina de Moraes, deu conhecimento á assembleia das diligencias realizadas pela comissão de autores junto do então ministro do Comercio, sr.

dr. Antonio da Fonseca, e do sr. Antonio Maria da Silva, salientando que o proprio ministro se sobrava com as difficuldades apresentadas pelos correios. O actual ministro do Comercio, sr. dr. Nuno Soares, tem patenteado toda a sua boa vontade na defesa do livro, chegando a criar uma determinada receita provida da radiografia, que era arrecadada pela marinha, e que seria entregue aos correios para compensar a suposta receita que a diminuição das taxas postais relativas ao transporte de livros evitaria de colher. Não se chegou ainda á resultados praticos, apesar de tudo. Em face das considerações do sr. Aillaud, que decerto teriam merecido a aprovação de todos os presentes, pedia que fossem apresentados os alvitre que cada um tivesse.

O sr. Aquilino Ribeiro aludiu ás diligencias já tentadas e ás soluções que se formularam nessa ocasião e que consistiam em solicitar dos correios do Brasil e das colonias portuguesas que não multassem os livros que levassem franquia insufficiente. As respostas obtidas foram, como se sabe, negativas. Sabia o orador, no entanto, que, apesar de terem um inimigo irreductivel no sr. administrador dos correios, o actual ministro do Comercio estava animado das melhores intenções, no sentido de solucionar a tremenda crise. O essencial seria, por consequencia, insistir junto de sua ex.ª para que o assunto não fosse protelado.

O sr. Antonio Sergio propôs que fosse nomeada a comissão para tratar do assunto junto do sr. ministro do Comercio e que, dela fizessem parte os srs. Raul Brandão, Brito Camacho, Jaime Cortezão, Joaquim Manso, Acurejo Pereira, Trindade Coelho, Luis Derouet, Avelino de Almeida, Aquilino Ribeiro, Albino Forjaz de Sampaio, Pina de Moraes, Antonio Sardinha e Carlos Selvagem.

O sr. Joaquim Cardoso, da Livraria Renascença, afirmou que a franquia postal de livros para as nossas colonias de Timor e Macau chegara a atingir proporções insuportaveis. Por sua parte, podia afirmar que um volume de livros enviados contra reembolso no valor de 90\$00 tivera de pagar 46\$20!

Como o sr. presidente tivesse posto á votação a proposta do sr. Antonio Sergio, nomeando a comissão, o sr. Luis Derouet estranhou que entre os nomes apontados não figurassem os de alguns livreiros.

O sr. dr. João de Barros propôs, então, que fossem incluídos os srs. Aillaud e dr. Samuel Maia, o que foi aprovado. Antes de se encerrar a sessão o sr. presidente propôs que, sendo o sr. Antonio Sergio o proponente da comissão, o seu nome dela fizesse parte, o que foi aprovado.

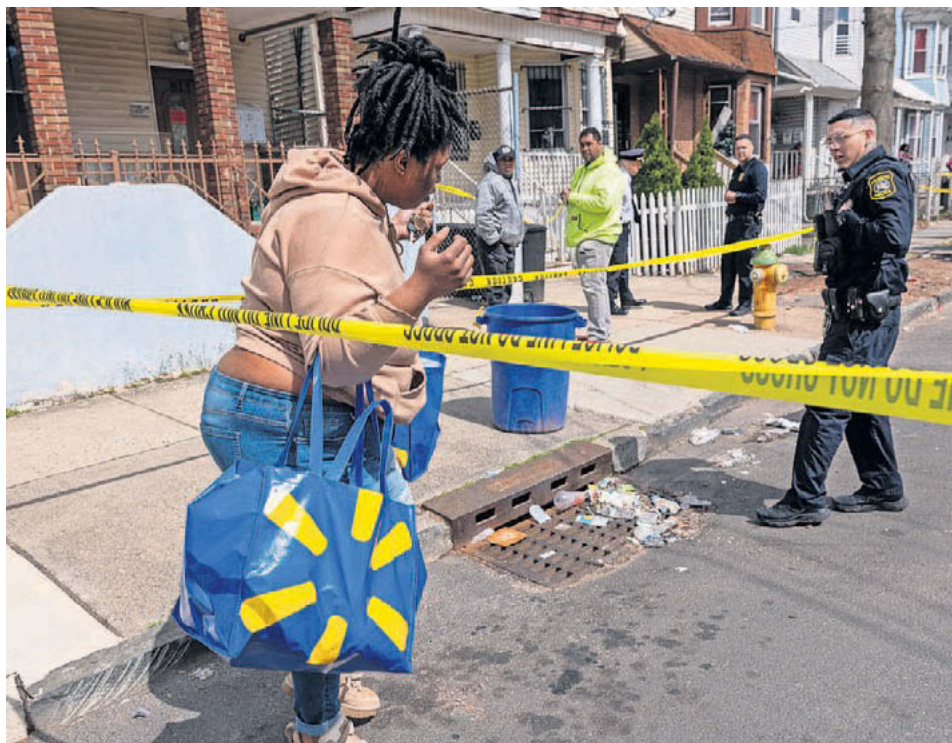
A comissão terá a sua primeira reunião depois de amanhã, no escritorio do sr. Aillaud, pelas 5 horas da tarde.

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS
inicia amanhã a sua publicação
assinadas pelo illustre professor
e engenheiro Vicente Ferreira



Sismo provoca susto nos estados de Nova Iorque e New Jersey

Os estados americanos de Nova Iorque e New Jersey foram ontem abalados por um terramoto de magnitude 4,8, com epicentro no município de Lebanon, onde alguns dos residentes tiveram mesmo de deixar as suas casas devido a alguns estragos. No entanto, os danos causados não foram significativos e não houve registo de pessoas feridas. O sismo foi sentido no bairro nova-iorquino de Manhattan, onde uma reunião do Conselho de Segurança da ONU teve de ser interrompida, mas também nas cidades de Filadélfia e Boston.



SPENCER PLATT / GETTY IMAGES NORTH AMERICA / GETTY IMAGES VIA AFP

PR justifica atraso na documentação com segredo de justiça

EXPLICAÇÃO Marcelo revela que após a indicação do MP, a Presidência quis certificar-se que podia divulgar a informação à IGAS sobre o caso das gémeas luso-brasileiras.

TEXTO **SUSETTE HENRIQUES**

Marcelo Rebelo de Sousa explicou ontem as razões do atraso no envio da documentação à Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) sobre o caso das gémeas luso-brasileiras tratadas no Hospital Santa Maria com um medicamento de milhões de euros. “A Presidência enviou para o Ministério Público (MP) em dezembro toda a documentação. O MP considerou que era segredo de justiça e, portanto,

quando a TVI pediu o acesso, isso foi a uma Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) que reconheceu que havia direito ao fornecimento dessa informação, apesar de ser segredo de justiça. Foi entregue logo em janeiro”, começou por esclarecer Marcelo Rebelo de Sousa, referindo depois que aconteceu o mesmo com o pedido da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde. “IGAS entendeu que queria ter acesso a essa documentação,

pediu em dezembro e, pela mesma razão, foi fornecida em janeiro”, afirmou.

Uma vez que o MP “entendeu que era segredo de justiça”, a “Presidência achou por bem verificar se havia ou não violação do segredo de justiça”, explicou sobre o atraso no envio da documentação, quando questionado sobre a notícia de que o relatório da IGAS refere que a Presidência da República não enviou, num primeiro momento, documentação solicitada por esta entidade relacionada com o caso das gémeas. “Foi entendido pela CADA que não havia violação do segredo de justiça, que havia razões que justificavam a divulgação”, acrescentou.

Sobre a comissão de inquérito parlamentar ao caso, pedida pelo Chega, Marcelo preferiu não tecer comentários, justificando com o “período pré-eleitoral”, pois convocou esta semana eleições europeias para 9 de junho.

No que se refere ao papel que o filho teve no acesso das gémeas luso-brasileiras ao medicamento Zolgensma, com um custo total de quatro milhões de euros, nomeadamente se Nuno Rebelo de Sousa invocou o seu nome nos contactos feitos, o Presidente da República afirmou: “Terão de perguntar ao próprio. Tem 51 anos, é maior e vacinado, vive noutro Estado e, portanto, terão de lhe perguntar qual é a atitude.”

Marcelo garantiu ainda que não falou com o filho sobre o caso. “Se está em investigação, entendi que não devia falar”, justificou.

BREVES

Marcada negociação com professores para a semana

Fernando Alexandre, ministro da Educação, Ciência e Inovação, anunciou ontem que o calendário para as negociações com os professores sobre a recuperação do tempo de serviço “será anunciado na próxima semana”. À chegada ao Palácio da Ajuda, onde decorrerá a tomada de posse dos 41 secretários de Estado (ver páginas 8 e 9), Fernando Alexandre foi ainda questionado sobre o facto de o Ensino Superior não ter tutela autónoma e ficar sobre a sua alçada, recusando a ideia de que esta decisão represente uma fragilidade, defendendo que atualmente o “sistema de ensino superior tem uma maturidade que não teria há 10, 15, 20 anos”, sublinhando que o que o Governo tem de assegurar “recursos, previsibilidade e as instituições têm que usar a autonomia que tanto reclamam e que pedem até que seja reforçada para que possam desempenhar a sua ação”. O governante diz que a sua equipa foi constituída para prever “as competências necessárias para cobrir todas as dimensões” no ensino superior, referindo que o Programa prevê que “o Governo seja uma entidade reguladora, que garanta os recursos, mas que as instituições, no exercício da sua autonomia, possam cumprir a sua missão”.

Poeiras do norte de África estão de volta a Portugal

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) alertou ontem que está prevista para o dia de hoje uma massa de ar com poeiras proveniente dos desertos do norte de África que poderá afetar a qualidade do ar no Algarve, Lisboa e interior do país, sendo que irá depois mover-se para território espanhol, podendo chegar inclusive outros países da Europa Ocidental e, inclusive, à Escandinávia. Esta massa de ar quente, que já foi sentida em algumas regiões do país durante o dia de ontem e irá atravessar maioritariamente Espanha, terá em Portugal “um incremento pouco significativo nas concentrações de partículas no ar”. A APA sublinha que em caso de precipitação haverá uma melhoria da qualidade do ar com arrastamento das partículas nas denominadas “chuvas de lama”. Nestes casos, as autoridades de saúde recomendam às populações que permaneçam preferencialmente em casa, que usem máscara nas saídas para à rua e evitem atividades desportivas ao ar livre. É bom lembrar que há pouco menos de um mês, o território nacional foi também afetado por poeiras provenientes dos desertos do norte de África.



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão, 195-219 - 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º - 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascensão **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNJ Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena - 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias úteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



56597



5 605290 023026